



ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Educação
Diretoria de Gestão da Rede Estadual
Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional

1º Caderno Pedagógico

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

**Implantação e implementação das leis nº 11.645/08, nº 10.639/03,
nº 11.525/07 e nº 9.795/99 na educação básica e modalidades de ensino.**

Florianópolis – Santa Catarina



2016

IMPRESSÃO

DIOESC – Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina

Projeto Gráfico | Diagramação | Ilustrações

Valdir Siqueira - MTb: 31.804

Revisão

Débora Silveira de Souza Cardoso

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na publicação - CIP - Brasil

Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina - DIOESC

S231c Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Gestão da Rede Estadual. Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional
I Caderno pedagógico: educação e diversidade / Diretoria de Gestão da Rede Estadual, Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional. – Florianópolis: DIOESC, 2016.
56p.: il. color.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-69213-03-1

Implantação e implementação das leis nº 11.645/08, nº 10.639/03, nº 11.525/07 e nº 9.795/99 na educação básica e modalidades de ensino.

1. Educação 2. Pedagogia. I Autor. II. Título.

CDU 37



Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina
Rua Duque de Caxias, 261 • Saco dos Limões
CEP 88045-250 • Florianópolis/SC

1º Caderno Pedagógico

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

**Implantação e implementação das leis nº 11.645/08, nº 10.639/03,
nº 11.525/07 e nº 9.795/99 na educação básica e modalidades de ensino.**

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

João Raimundo Colombo

VICE-GOVERNADOR

Eduardo Pinho Moreira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Eduardo Deschamps

SECRETÁRIA ADJUNTA DA EDUCAÇÃO

Elza Marina da Silva Moretto

DIRETORA DE GESTÃO DA REDE ESTADUAL

Marilene da Silva Pacheco

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Djalma de Souza Coutinho

DIRETOR DE ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

Osmar Matiola

DIRETOR DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Gilberto Luiz Agnolin

DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Valdenir Kruger

DIRETORA DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR

Karen Lippi de Oliveira

DIRETOR DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Diego Calegari Feldhaus

CONSULTORA JURÍDICA

Greice Spradel da Silva

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

CONSULTOR

Ramiro Marinho Costa

COORDENAÇÃO GERAL

Rosimari Koch Martins (org.)

AUTORES/SISTEMATIZADORES

Adriana Mafra Marghot

Cesar Cancian Dalla Rosa

Clarice Zanetti

Janice Kleemann Thomé da Cruz Bunn

Luciana Nagel Simon Cogo

Maria Benedita da Silva Prim

Olires Marcondes do Espírito Santo

Ramiro Marinho Costa

Rosa Cristina Cavalcanti de Albuquerque Pires

Rosimari Koch Martins

Suzy de Castro Alves

COLABORAÇÃO

Julia Siqueira da Rocha

Antonio de Assis Poleza

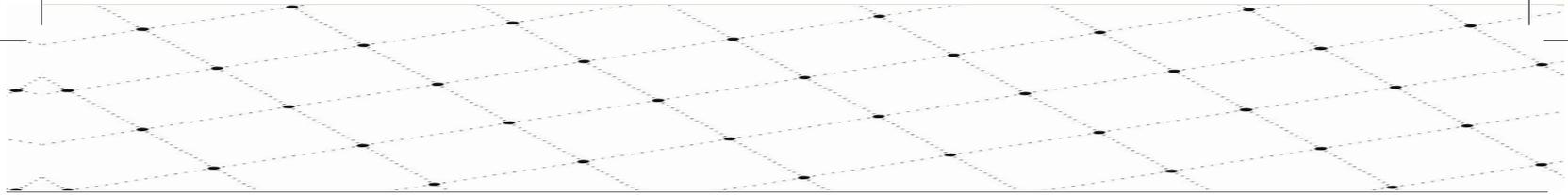
REVISÃO

Olires Marcondes do Espírito Santo

Jeisa Camila Peccin - Estagiária

ARTE CAPA

Valdir Siqueira (DIOESC) - MTb: 31.804



SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 – INTRODUÇÃO..... | 6 |
| 2 – REFLEXÕES: CONCEITO DA DIVERSIDADE | 11 |
| 2.1 – Diversidade na educação | 11 |
| 3 – JUSTIFICATIVA | 13 |
| 4 – PRIORIDADES E AÇÕES | 21 |
| 5 – MAPAS CONCEITUAIS | 24 |
| 5.1 – Desvelando saberes e experiências | 24 |
| 5.2 – Iniciando um mapa conceitual | 26 |
| 6 – APLICAÇÃO DOS CONCEITOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA..... | 29 |
| 6.1 – Sugestões de sites | 30 |
| 6.2 – Sugestões de práticas pedagógicas | 31 |
| 6.3 – Sugestões de vídeos, filmes e documentários..... | 33 |
| 6.4 – Sugestões de bibliografias..... | 37 |
| 7 – ÍNDICE DE IMAGENS DA CAPA | 42 |
| 8 – ANEXOS | 46 |
| 9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 54 |

APRESENTAÇÃO

A sociedade brasileira necessita romper com o ciclo do preconceito, da discriminação, da exclusão e da destruição dos recursos naturais. Compreendemos que a escola pode contribuir para o processo de construção da convivência solidária e respeitosa entre os sujeitos diferentes e com o meio ambiente. Essa relação deve estar baseada no estudo, no diálogo e na valorização das diferenças humanas.

O ser humano na sua vertente social, em uma relação de interação e dependência com o outro e o “eu”, na sua forma individual, só pode existir por meio de um contato com o “outro”, nesse sentido, a instituição escolar é um dos espaços que possibilita a construção do processo de interação, de humanização e de apostas na justiça social para um mundo melhor.

Portanto, vislumbramos uma escola com acesso, permanência e aprendizagem com qualidade social para todos e todas, calcada no princípio de romper com todas as formas de violação dos direitos humanos, das crianças, dos adolescentes, dos adultos e dos idosos, partindo do reconhecimento do diferente e promovendo uma convivência respeitosa à diversidade e ao incentivo à cidadania ambiental. A Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, no texto Diversidade como princípio formativo, apresenta base teórica que possibilita melhor compreensão sobre estas reflexões trazendo à discussão o direito de crianças e de adolescentes terem uma formação que considere as dimensões humanas e as discussões das temáticas étnico-racial e educação ambiental.

Nessa direção, este caderno pedagógico, que apresentamos para a rede estadual de ensino, oferece subsídios para a abordagem das questões da diversidade e para a promoção de escolas em espaços educadores sustentáveis.

Esse 1º Caderno Pedagógico, intitulado EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: Implantação e implementação das leis nº 11.645/08, nº 10.639/03, nº 11.525/07 e nº 9.795/99 na educação básica e modalidades de ensino é resultado da sistematização dos planos de ação elaborados pelos profissionais da educação, participantes do Curso de formação continuada: diversidade, educação ambiental no currículo da educação básica: princípios da Proposta Curricular de Santa Catarina, realizado pela SED em 2014. Meus sinceros cumprimentos a estes profissionais da educação que participaram deste processo e que, certamente, contribuíram para a prática da Proposta Curricular de Santa Catarina e à promoção de uma educação de qualidade.

A Secretaria de Estado da Educação teve fundamental contribuição, tanto na organização do curso, que culminou na elaboração dos planos de ação, quanto no estudo, na sistematização desses referidos planos, que resultou na produção e publicação desse caderno pedagógico.

Do teórico para a prática é exercitado, nessa produção, o trabalho coletivo e de forma interdisciplinar a integração e o fortalecimento da rede estadual de educação, composta pelo órgão central SED, Gerências Regionais de Educação – GERED e unidades escolares. Isto é, juntos pensaram, planejaram a possibilidade de executar a educação que todos e todas que vivem neste Estado têm direito e merecem.

Desejamos que esse caderno pedagógico chegue às unidades escolares de educação básica e modalidades de ensino, contribuindo para a materialização e legitimação do direito à educação para todas as cidadãs e todos os cidadãos catarinenses.

Um bom trabalho, a todos os professores e todas as professoras.

Eduardo Deschamps

Secretário de Estado da Educação

PREFÁCIO

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205, estabelece que a educação é um direito social de todos os cidadãos brasileiros, atribuindo ao Estado e à família esse dever. Institui ainda que a educação deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O alcance ao direito à educação independe de raça/etnia, cor, credo religioso, idade, gênero, classe social, cultura, localização geográfica, orientação sexual, identidade de gênero, isto é, independe da trajetória do fazer-se humano de cada um.

Assim, quando marcos legais que declaram a educação como um processo que visa o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, torna-se indiscutível o direito à educação para todas as pessoas. Certamente que, para efetivar esse direito a ampliação do acesso é importante, mas é fundamental assegurar a permanência na escola como ponto de partida para a construção de uma sociedade democrática, inclusiva e ambientalmente justa.

Nas últimas décadas, o Estado brasileiro vem desencadeando um conjunto de ações que têm levado o Brasil e o Estado de Santa Catarina a avançar significativamente na oferta e na universalização da educação. No entanto, se reconhece que muito ainda se tem a fazer no sentido de proporcionar a todos os cidadãos e todas as cidadãs, não somente, o acesso, mas, sobretudo a permanência na escola com uma educação pública gratuita, laica, e de aprendizagem com qualidade, para as múltiplas diferenças humanas que estão na educação básica e nas modalidades de ensino.

Assim, articular essas questões com as premissas do desenvolvimento sustentável é:

Buscar fortalecer o campo democrático, trazendo a discussão para o conjunto das relações sociais. Sustentáveis são as formas sociais de apropriação e uso do meio ambiente, consideradas na sua diversidade, e não apenas dos recursos naturais. A perspectiva democrática vê na extensão territorial e no meio ambiente o suporte da diversidade social e ecológica em que todas as formas, condições e práticas se inter-relacionem. (ACSERALD, 1997, *apud* PIRES, 2009, p.115)¹

Diante disso, espera-se que este caderno pedagógico contribua para uma compreensão ampliada das temáticas da diversidade étnico-racial, afro-brasileira e indígena, dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes e da educação ambiental nos moldes das leis: nº 11.645/08, nº 10.639/03, nº 11.525/07 e nº 9.795/99, inserindo nos Projetos Políticos Pedagógicos/PPP, nos currículos e nas práticas pedagógicas, possibilitando mudanças de paradigmas e transformando o cotidiano escolar da educação básica e modalidades de ensino em um espaço educador sustentável, antirracista e antissexista.

Marilene da Silva Pacheco

Diretora de Gestão
da Rede Estadual

Gilberto Luiz Agnolin

Diretor de Políticas e
Planejamento Educacional

¹ PIRES, Angela Maria Monteiro da Motta. Projeto educacional de apoio ao desenvolvimento sustentável: a experiência pedagógica de Lagoa do Itaenga – PE. In: AGUIAR, Marcia Angela da S. et al. (orgs.). Educação e diversidade: estudos e pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed. V. 1. Universidade Federal de Pernambuco. MEC/SECAD. 2009, p. 115-139. Disponível em: <https://www.ufpe.br/cead/estudosepesquisa/textos/artigos_vol_1.pdf>.

1. INTRODUÇÃO

Este caderno nasceu dos encontros realizados no Curso de formação continuada: diversidade, educação ambiental no currículo da educação básica: princípios educativos da proposta curricular de Santa Catarina realizado da Secretaria de Estado da Educação, no ano de 2014.

Participaram do curso os técnicos da Diretoria de Gestão da Rede Estadual, da Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional, da Diretoria de Recursos Humanos, das 36 Gerências de Educação e professores da educação básica e das modalidades de ensino das diferentes áreas do conhecimento, envolvendo aproximadamente 1.133 profissionais da educação.

Esses encontros ocorreram nos meses de julho, agosto e setembro de 2014, com o objetivo de estudar, discutir e elaborar plano de ação para a implantação e implementação no currículo da educação básica os seguintes marcos legais: lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio; lei nº 11.645/08, que trata da obrigatoriedade do ensino de história e de cultura indígena nas instituições de ensino da rede pública e privada, reforçando os preceitos estabelecidos com a lei 10.639/03; lei nº 11.525/07, que orienta o estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA na escola, acrescentando na LDB o § 5º, que inclui a obrigatoriedade dos conteúdos que tratam dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental; lei nº 9.795/99 que institui a educação ambiental no Brasil, base da resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental em todas as disciplinas, desde a educação infantil ao ensino superior.

Ampliando os estudos com os marcos legais apresentados, a resolução CNE/CEB nº 7/2010² define no artigo 15, nos §§ 2º e 3º, a obrigatoriedade da história e cultura afrodescendentes e indígenas em todo o currículo do ensino fundamental, sobretudo no ensino de arte, literatura e história do Brasil, e no art. 16 estabelece como temas transversais obrigatórios. E a resolução CNE/CEB nº 2/2012³, no art. 10, estabelece especificamente como temas transversais para o ensino médio.

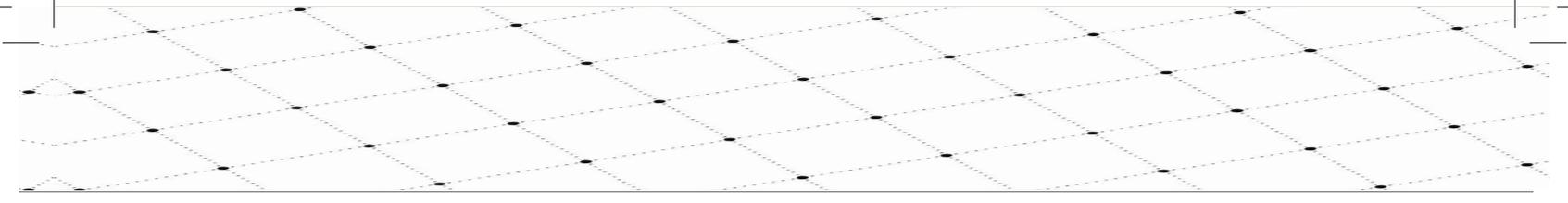
O curso constituiu-se em três etapas. Na primeira, oportunizou-se o debate e a apresentação das iniciativas e experiências que inserem as referidas temáticas na escola e nas salas de aulas. Na segunda, realizou-se o estudo das leis em questão. Na terceira, oportunizou-se a construção e a elaboração coletiva de um plano de ação que delineasse a inclusão das referidas leis no currículo e no Projeto Político Pedagógico – PPP das escolas da educação básica.

Esse plano de ação objetiva orientar os profissionais da educação, quer seja nas funções de gestão ou de práticas pedagógicas, para atuar com as seguintes ações:

- conhecer e estudar as leis;
- reconhecer as diferenças e promover ações contra as distintas formas de discriminação, entre elas, a étnico-racial com ênfase nas populações negra e indígena;
- compreender o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA como um instrumento de garantia de direitos que gera deveres e responsabilidades, tanto para crianças quanto para

² Fixa as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos.

³ Fixa as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio.



adolescentes, observando a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento;

- reconhecer a importância da sustentabilidade socioambiental para promover atitudes harmoniosas e respeitadas.

A abordagem dessas temáticas, amparadas nas leis, implica conhecer e estudar os princípios da Proposta Curricular de Santa Catarina 2014, dentre eles, com a diversidade como princípio fundante do currículo da educação básica.

Diante dessa perspectiva, deve-se pensar a escola como sendo o lugar da diversidade humana que precisa ser reconhecida e respeitada em suas diferenças. Mas para a efetiva e concreta inclusão de todos os sujeitos nos processos educativos, é preciso que tanto o currículo quanto o Projeto Político Pedagógico foquem, particularmente, em ações que rompam com as desigualdades, a discriminação e as violências históricas, especificamente contra os **negros** e os **indígenas**, impedidos de seu desenvolvimento econômico, político e social. Além desses as **crianças** e os **adolescentes** que, também, ao longo da história têm sofrido com a violação de seus direitos, comprometendo seu pleno desenvolvimento físico, mental e social.

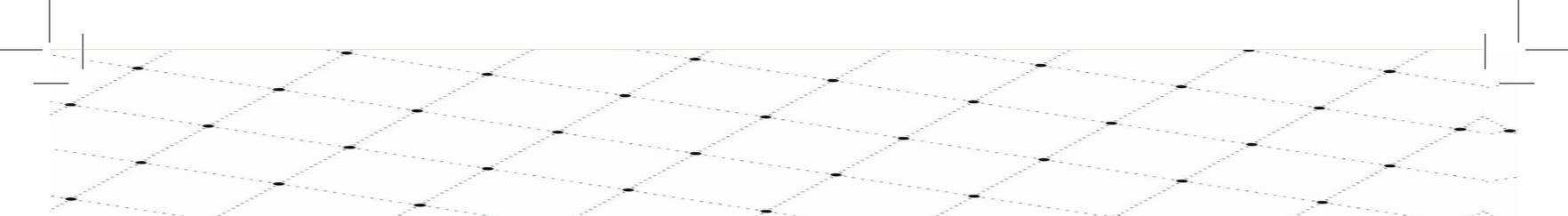
Articular essas situações com as questões da educação ambiental requer uma visão mais ampla do processo educativo, compreendendo e analisando os problemas ambientais em suas múltiplas dimensões: naturais, históricas, culturais, sociais, econômicas e políticas. Uma abordagem globalizante do meio ambiente, sendo desenvolvido numa perspectiva crítica, ética e democrática, preparando cidadãos que se empenhem na busca de um melhor relacionamento com o seu mundo, questionando as causas dos problemas ambientais e preocupando-se com os componentes ambientais em suas especificidades e interações, tecendo redes visíveis e invisíveis ao seu redor, devendo ser capaz de contribuir para a formação de uma nova sociedade, cujos valores e práticas deverão diferir em muito dos atuais (DELIZOICOV e LORENZETTI, 2009).

Ampliando essas afirmações, Loureiro, 2007, corrobora dizendo que:

Nos relacionamos na natureza por mediações que são sociais, ou seja, por meio de dimensões que criamos na própria dinâmica de nossa espécie e que nos formam ao longo da vida (cultura, educação, classe social, instituições, família, gênero, etnia, nacionalidade etc.).

Essas questões somadas às questões étnico-raciais e dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes encontram-se amparadas no plano legal e já incluídas no Plano Nacional de Educação, 2011-2020, aprovado pela lei nº 13.005/2014, que considera dez diretrizes, dentre elas a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” e a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Essas diretrizes, asseguradas nas metas e estratégias do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, decênio 2014-2024, discutidas também nos planos municipais.

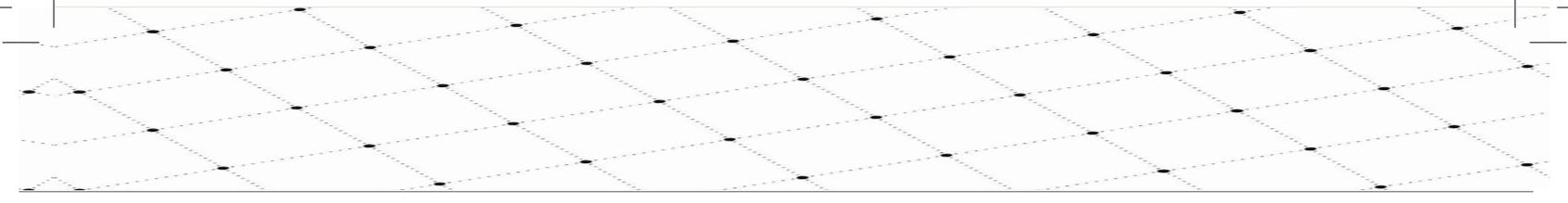
Dentro dessa proposta, a Secretaria de Estado da Educação, no âmbito da Diretoria de Gestão da Rede Estadual e Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional, subsidiada pelos planos de ação já referenciados, propuseram-se a sistematizar e elaborar este caderno pedagógico com o objetivo de **contribuir com os professores na consolidação de ações pedagógicas voltadas à diversidade e à promoção de escolas como espaços educadores sustentáveis***, possibilitando formar crianças, adolescentes, adultos e idosos a se apropriarem de conhecimentos e valores essenciais para seu pleno desenvolvimento como cidadãos(ãs), com atitudes de autorrespeito, respeito interpessoal e respeito com o meio ambiente.



* Escolas sustentáveis são definidas como aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Esses espaços têm a intencionalidade de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam. A transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de quatro dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão, currículo (Manual PDDE Escolas sustentáveis, MEC, 2014)

Sendo assim, pensou-se e organizou-se este caderno a partir dos seguintes tópicos:

Reflexões: **conceito da diversidade**, trata de aspectos referentes às diversidades e às diferenças humanas, considerando que são questões que não dizem respeito apenas aos historicamente discriminados/as, ampliando-se a todos e todas que fazem parte da educação básica e as modalidades de ensino; **justificativa**, elaborada a partir do reordenamento das falas dos 1.133 profissionais da educação, que desenvolveram os planos de ação. Apresentando a necessidade e a importância de trabalhar com esses temas no currículo e PPPs das unidades escolares de educação básica e modalidades de ensino, possibilitando a implementação do que preconizam as leis nº 11.645/08, nº 10.639/03, nº 11.525/07 e nº 9.795/99; **prioridades e ações**, trata-se nesse tópico das principais necessidades para a implantação dessas leis, ampliando-as e disseminando-as nas unidades escolares; **mapas conceituais**, esse tópico está organizado em dois subitens apresentando mapas conceituais como instrumentos importantes para a organização da prática pedagógica, garantindo a inserção das temáticas obrigatórias, amparadas legalmente. Faz reflexões importantes sobre o papel fundamental que tem a escola, na introdução de temas, conceitos e conteúdos que contribuam para a construção de uma sociedade mais humana, justa, solidária e sustentável, com práticas pedagógicas que desenvolvam as competências científica, técnica e política. Nesse sentido, apresenta conceitos essenciais à abordagem dos temas voltados às leis, desvelando saberes e experiências; **aplicação dos conceitos na prática pedagógica**, esse tópico apresenta sugestões de metodologias/atividades, bibliografias, como também, *sites*, filmes, vídeos, documentários, entre outros, que podem auxiliar na formulação e no desenvolvimento de projetos, atividades, planos de ensino, planos de aula, pesquisas de professores e estudantes.



2. REFLEXÕES: CONCEITO DA DIVERSIDADE⁴

O termo diversidade designa a qualidade ou a condição do diferente, no que concernem as características ou elementos diversos sobre um assunto, ambiente, opiniões, pontos de vista, costumes, hábitos, comportamentos, crenças, valores, orientação sexual, gênero, identidade de gênero, etnia racial, religiosidade, característica biológica, entre outras. Palavra carregada de polissemia, de entendimentos e usos. Afinal, existem diversos conceitos sobre diversidade. Mas de qual diversidade está se falando? Fala-se na perspectiva que concebe a diversidade da espécie humana em sua experiência de vida, histórica e cultural, única em sua personalidade e diversa em sua forma de perceber o mundo e nele se manifestar.

Essas diferenciações permitem identificar, entender e reconhecer as diversas identidades constitutivas dos seres humanos em suas organizações sociais. Afinal, diversidades de grupos sociais, de identidades do ser social em sua singularidade que se constituem em espaços, em ambientes, em tempos históricos com características diversas. Diante disso, essas relações socioculturais constituem os sujeitos históricos, nas organizações de suas vidas sociais e políticas, nas suas relações com o meio ambiente e com outros grupos, na produção e reprodução de suas existências. Enfim, a diversidade é inerente a todas as pessoas, no entanto, se difere em cada um devido a sua trajetória histórica singular.

Logo a sociedade torna-se e forma-se cada vez mais heterogênea, com vistas ao reconhecimento de que todos são diferentes, e segundo Pereira e Hanashiro (2010), isso não é fato isolado, mas fenômeno global e inexorável. A diversidade está relacionada com as aspirações dos grupos humanos e das pessoas, individualmente, que buscam viver em liberdade, possibilitando o exercício de sua autodeterminação e da vida democrática. Considerando a necessidade de vivenciar coletivamente as realidades sociais, que são múltiplas, e de luta pelo reconhecimento e respeito aos direitos humanos. Portanto, a valorização das diferenças étnicas, das identidades individuais e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-lo como expressão da diversidade de todo ser humano, sem qualquer discriminação.

2.1 – Diversidade na educação

No contexto do direito à educação, a diversidade precisa ser compreendida como parte desse percurso de inclusão de direitos para todos, de modo que os seres humanos possam ser compreendidos a partir de suas identidades e especificidades, dentro do ambiente escolar e outros espaços educacionais. Entendê-los a partir de suas identidades e singularidades não das preestabelecidas pelas instituições educacionais, concebendo-se a diversidade humana, enquanto componente constitutivo da estrutura do sistema de ensino. Dentro dessa perspectiva que o tema diversidade deve ser inserido na prática educativa, dotando-a de conteúdos e de uma visão crítica para conhecer a cultura, a sociedade e os vínculos sociais que a produzem e reproduzem. Assim, um trabalho pedagógico que contemple os aspectos históricos, sociais, étnico-raciais e de gênero, presentes no contexto da educação escolar, proporciona à escola constituir-se em um espaço de produção e reprodução de saberes e de desenvolvimento ético, político e democrático de convivência acolhedora e respeitosa, concluindo, diversidade vista como **princípio educativo na educação básica***.

⁴ Esse texto foi elaborado pelos técnicos da SED/DIEB Rosimari Koch Martins e Ramiro Marinho Costa na dinâmica da atualização da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina – 2014.

*** A LEITURA SOBRE A DIVERSIDADE, COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, NAS PÁGINAS 51 A 90, DA PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, OPORTUNIZARÁ MAIOR COMPREENSÃO.**

Na obra *Operários*⁵, da pintora Tarsila do Amaral, retratada abaixo, expressa o mundo do trabalho por meio de um grande número de rostos sérios, sem sorriso, colocados lado a lado, que demonstram um exemplo claro e raro da etnia brasileira. Essa obra de arte ilustra este caderno porque representa o diálogo intercultural, o pluralismo de ideias e o desenvolvimento humano e respeito à diversidade.



⁵ Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=tela+da+diversidade+tarsila+do+amaral&rlz=1C2AVNG_pt-BRBR624BR624&biw=1365&bih=825&tbn=isch&tbid=u&source=univ&sa=X&ved=0CB8QsARqFQoTCMfDyaqjwscCFYZNkAodsXYHWQ&dpr=0.75#imgrc=4_jdS7TfL SemSM%3A>.

3. JUSTIFICATIVA

O problema fundamental em relação aos direitos humanos, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político. (Norberto Bobbio)

Partindo da afirmação de Norberto Bobbio, discorre-se neste tópico sobre as leis que estão fundamentalmente ligadas à igualdade de direitos e deveres, a garantia da sustentabilidade socioambiental, das liberdades individuais, e do exercício das identidades manifestas pelos coletivos sociais historicamente excluídos, que se encontram, ainda, sob o manto do preconceito, do racismo e da intolerância.

No que concerne a uma sociedade igualitária, na qual os direitos e deveres são defendidos para todos os cidadãos, independente de cor, etnia, sexo/gênero, partido político, religião, cultura, lugar geográfico, cabe apresentar a reflexão do filósofo brasileiro Carlos Nelson Coutinho (2000, p. 51) sobre cidadania:

A cidadania não é algo dado aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo histórico de longa duração.

Diante disso, concebe-se que a sociedade não é construída apenas por imposição de leis, de cima para baixo, uma vez que demandou e ainda demanda para muitos sujeitos lutas e conquistas sociais.

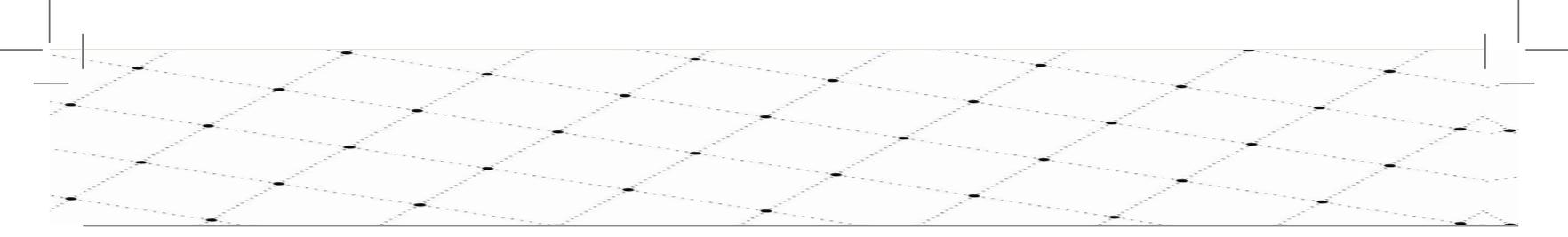
A aplicabilidade dos fundamentos legais, aqui dispostos, parte do entendimento que o espaço escolar é responsável, em grande parte, pela reprodução e perpetuação dos comportamentos consumistas e discriminatórios com base em preconceitos: sexual, de gênero, étnico-racial e, por conseguinte, sustentam todas as formas de restrição de diversos grupos e indivíduos à ascensão social e ao reconhecimento de suas identidades.

A escola é o local privilegiado de sensibilização e deve se tornar um espaço de exercício de democracia e convívio com o diferente, desnaturalizando essas questões, bem como promovendo responsabilidade ambiental e de sustentabilidade, ligadas à comunidade de seu entorno, respeitando inclusive as questões globais.

O papel de desconstruir as distorções históricas, geradas por anos e séculos, fundamentadas em valores etnocêntricos, centrados na propriedade privada, em valores masculinos, cristãos e ambientalmente predatório, é um processo e, sobretudo, um processo pedagógico, cabendo à escola essa função.

Para que a escola atenda a todos e a todas nesse sentido, os estudantes devem sentir-se como parte integrante do ambiente sobre o qual se debruçam em seus estudos e na convivência escolar. Entendendo eles que a escola não deve ser por força de experiências tradicionais um espaço excludente, mas sim de valorização à diversidade, contribuindo para a garantia da equidade no que diz respeito ao acesso às políticas públicas em nossa humanidade (VALERIO, 2011).

Por força dos movimentos sociais, entendeu-se que, em um contexto mais amplo, um conjunto de medidas legais deveria ser incorporado às políticas de Estado para acelerar essa “correção”, a qual chama-se aqui políticas de ações afirmativas. A legislação brasileira, por ter acompanhado esses movimentos, instituiu algumas complementações às leis e artigos já estruturados desde a Constituição Federal de 1988 (arts. 205, 206, 212, 225 e 227) e a LDB/1996.



Nessa perspectiva, destaca-se aqui o corpo das leis sobre as quais, neste momento, volta-se para o campo da educação de ações afirmativas: leis nº 9.795/99, nº 10.689/03, nº 11.645/08 e nº 11.525/07.

A necessidade de se estabelecer orientações para o conhecimento, o exercício e a prática dessas quatro leis, em especial, a lei nº 10.689/03 e a lei nº 11.645/08, parte do entendimento de que, por si só, são insuficientes sem a implementação pela escola. Cabe pensar que essa prática, amiúde, faz parte do processo de desconstrução de estereótipos que impedem dar visibilidade aos sujeitos, assim como pensa Santos: “Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (2006, p. 316).

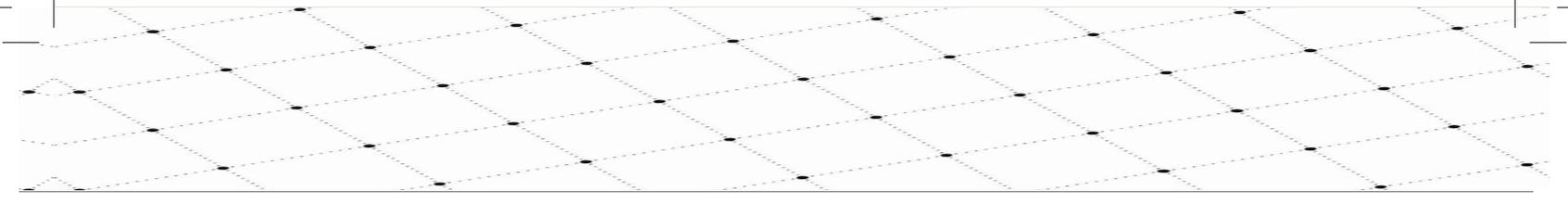
Conhecem-se os muitos direitos presentes nas emendas da LDB, com mais de 15 anos, que ainda não foram integrados ao currículo escolar, deixando a escola de incorporar em suas ações pedagógicas a efetivação dos conteúdos que tratam da temática da diversidade.

Para a inserção da diversidade como um princípio educativo, a formação continuada realizada em 2014 pautou-se na implementação das leis, acima referidas, propondo a elaboração de um plano de ação, por meio do qual um quadro diagnóstico foi apurado sobre as ações já realizadas quanto aos resultados esperados, às parcerias, aos materiais didáticos disponíveis e às dificuldades encontradas pelos professores.

Observou-se nesse quadro diagnóstico que os professores cursistas não dispõem de material de apoio didático-pedagógico suficiente para a abordagem dessas temáticas, sejam eles em formato impresso, em mídia ou em meio eletrônico, elaborados, tanto no âmbito federal, estadual ou municipal. Mesmo assim, percebeu-se que existe um grande esforço em se trabalhar, sobretudo, com as questões acerca do tema “educação e prevenção”, além da temática ambiental e das questões étnico-raciais, com ênfase nos conteúdos associados às populações negras e afrodescendentes.

No entanto, apesar do esforço realizado pelos professores, muitas ainda são as dificuldades por eles apontadas para a abordagem desses temas, uma vez que há engessamento nos calendários escolares (necessariamente voltados aos momentos de planejamento coletivo e em áreas temáticas), como também, percebe-se a não continuidade das ações. A articulação entre as diferentes instâncias envolvidas no planejamento e execução das ações pedagógicas também foram apontadas como deficitárias, sejam elas nas escolas, nas Gerências Regionais de Educação, na Secretaria Estadual de Educação e também nas instituições de ensino superior, haja vista as carências apontadas também nas formações iniciais.

Muitos professores relataram que a falta de formação dificulta a abordagem dos conteúdos voltados para as temáticas da diversidade quanto à sensibilização e à articulação da comunidade escolar e até mesmo a de mobilizar o grupo docente de suas escolas. Não raro, o que se observou foi um somatório (ausência de material de pesquisa, de apoio institucional, de informações, de conhecimento e de formas de encaminhamento para os conteúdos) de relatos que culminaram no sombreamento de diversas iniciativas, muitas vezes interrompidas.



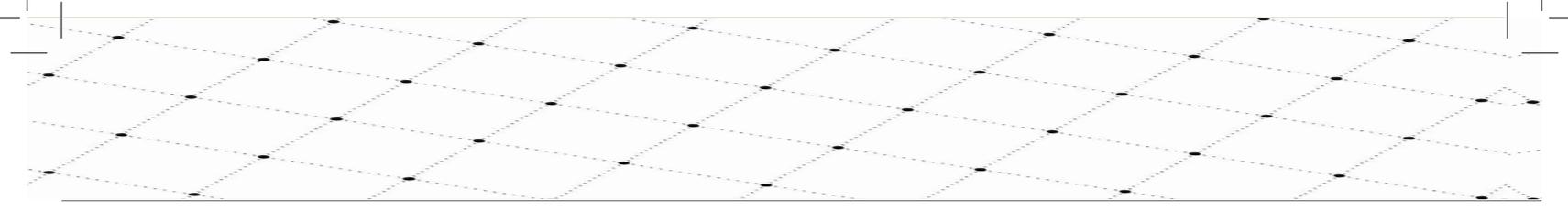
Mediante esse diagnóstico, é fundamental perceber a necessidade de um conjunto de ações, sendo algumas delas:

- 1) a articulação, no Estado de Santa Catarina, das políticas para as diversidades entre a Secretaria de Estado da Educação, as Gerências Regionais de Educação, as secretarias municipais de educação e as instituições de ensino superior;
- 2) a construção coletiva e participativa nas escolas de um currículo escolar pautado no respeito ao profissional, no respeito ao estudante, e no respeito à organização dos espaços e dos tempos escolares;
- 3) a materialização de um Projeto Político Pedagógico como resultado de um amplo debate acerca da inserção, ao longo do percurso formativo, das temáticas ambiental, étnico-racial, dos direitos da criança e do adolescente, e demais temas que se fizerem necessários à realidade da comunidade escolar;
- 4) a prática docente engajada no exercício permanente e não esporádico das temáticas da diversidade;
- 5) o exercício coletivo de planejamento dentro das áreas do conhecimento é igualmente imprescindível, o debate com os docentes dos demais níveis de ensino, entendendo o processo de formação a partir do percurso formativo do estudante, ou seja, sua trajetória ao longo da educação básica;
- 6) a organização dos conteúdos por meio da revisão dos materiais didáticos, a adoção das estratégias de abordagem pedagógica mais adequadas aos sujeitos da aprendizagem, requerendo, na maioria dos casos, a revisão dos instrumentos de avaliação em sua forma e conteúdo.

Entende-se que muito ainda há para se fazer, porém, aqui vamos apresentar, a seguir, os pressupostos que orientam e contextualizam as quatro leis que tratam dessas temáticas, considerando que cada uma delas carrega uma trajetória pautada em movimentos sociais ao longo de décadas na história da educação.

A lei nº 9.795/99 dispõe sobre a educação ambiental e institui a política nacional de educação ambiental. Tudo leva a crer que estamos diante de um consenso mundial sobre a necessidade de conservar e preservar a natureza e melhorar as condições de vida do planeta. Essa perspectiva, reforçada por meio da PCSC (2014, p. 63), justifica a necessidade da Educação Ambiental Formal – EAF no currículo da educação básica, sendo imprescindível, pois as populações começam a sofrer os impactos negativos ambientais e sociais como: a contaminação do ar, das águas, do solo, desflorestamentos, extinção das espécies, violências, ocupação territorial inadequada, dentre outros, que serviram de indicadores de alerta para o reconhecimento dessa educação na formação de sujeitos comprometidos socialmente com todas as formas de vida.

A educação ambiental está ligada a dois desafios vitais, conforme afirma Tristão (2005), o primeiro diz respeito à questão da perturbação dos equilíbrios ecológicos e dos desgastes da natureza. O segundo diz respeito à questão da educação. A autora afirma que os desequilíbrios ambientais e o modelo educacional são heranças de um comportamento pautado no desenvolvimento econômico, na divisão do conhecimento em disciplinas estanques, que fragmentam a percepção da realidade, dificultando muitas vezes a mudança de comportamentos e atitudes para uma convivência sustentável na sociedade.



Confirmando essa necessidade, a educação ambiental se explicita formalmente na obrigatoriedade constitucional e na publicação da lei federal nº 9.795/1999, que define a política nacional de educação ambiental e outros instrumentos legais e documentos governamentais que asseguram à temática caráter de transversalidade, indispensável e indissociável da política educacional brasileira – “mesmo que possamos considerar que a Educação Ambiental não esteja consolidada nacionalmente enquanto política pública” (LOUREIRO, 2005, p. 1.474).

A Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (1998b) destaca que a temática da educação ambiental deve ser promovida como educação formal na escola, considerando-a como um processo educacional na gestão, no currículo, na formação docente/discente e na comunidade, devendo ser trabalhada independente de efemérides, datas comemorativas e outros fatos eventuais. Ou seja, educação ambiental formal é um processo e não um evento.

Conforme Layrargues, *apud* Furtado (2009, p. 344), em seu livro *Identidades da educação ambiental brasileira*, do Ministério do Meio Ambiente, a educação ambiental é um vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo que envolvem, respectivamente o campo da educação e o campo ambiental. Enquanto o substantivo educação confere a essência da expressão educação ambiental, definindo os próprios fazeres pedagógicos necessários a essa prática educativa, o adjetivo ambiental anuncia o contexto dessa prática educativa, ou seja, o enquadramento motivador da ação educativa.

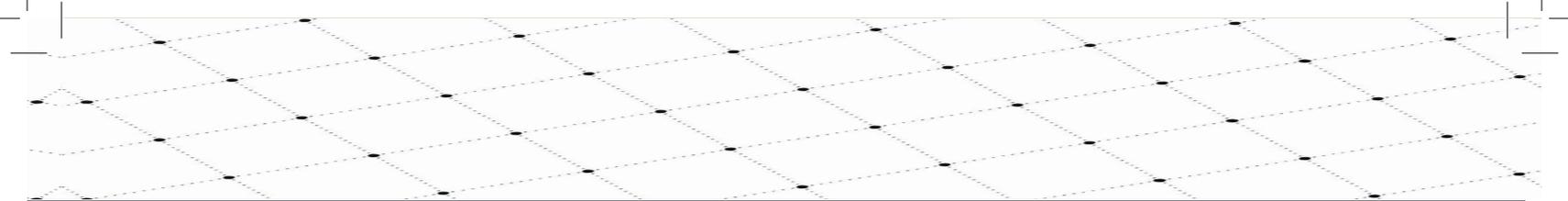
Ampliando os dizeres de Layrargues, Loureiro chama a atenção para:

A falta de percepção da Educação Ambiental como processo educativo, reflexo de um movimento histórico, produziu uma prática descontextualizada, voltada para a solução de problemas de ordem física do ambiente, incapaz de discutir questões sociais e princípios teóricos básicos da educação. (LOUREIRO, 2003, p. 46)

Transformar a escola em um espaço educador sustentável é um dos objetivos do coletivo escolar, promovendo ações inovadoras, pautadas nos quatro pilares da escola sustentável: gestão, espaço físico, currículo e comunidade.

Na gestão escolar, o envolvimento da comunidade nas decisões é imprescindível quando valoriza a diversidade como mediadora por meio de diálogo, da democracia e da participação. No espaço físico, a coleta da água das chuvas, além de um ambiente arborizado e ajardinado, é planejada para proporcionar uma aprendizagem significativa e de convívio social harmonioso (BRASIL, 2012b). Quanto à participação da comunidade, deve-se estimular que essa se insira nas ações promovidas pelas escolas exercendo controle social sobre o processo de transição rumo à sustentabilidade, dentre outros (BRASIL, 2014).

Já as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 dispõem sobre as questões étnico-raciais, necessitando serem interpretadas a partir de dois pontos importantes: como necessidade e conquista do movimento negro em representação às populações de origem africana, afro-brasileira, e como necessidade de reconhecer as populações indígenas como coletivos alijados dos mecanismos de ascensão social e cidadania e, que de igual forma às populações afro-brasileira e africana, devem estar contempladas no currículo escolar. O contexto dentro do qual essa legislação surge é o do tardio reconhecimento pelo Estado de que as desigualdades sociais e étnicas são uma realidade construída historicamente no Brasil. Além disso, os diversos equívocos produzidos (principalmente nos meios intelectualizados) sobre as populações negras e indígenas têm gerado sucessivos e duradouros mecanismos de exclusão social, econômica, política e cultural.



O papel estratégico da escola, dentro das políticas de ações afirmativas, é promover, por meio do exercício pleno das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, a reorganização do currículo escolar de toda a educação básica, nos diversos componentes curriculares (disciplinas), de maneira a “descolonizar” o conhecimento escolar. Assim como, rever as práticas pedagógicas, a produção de materiais didático-pedagógicos e fomentar permanentemente a formação docente, orientando para a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no Brasil. Essas questões, institucionalizadas inicialmente através da lei nº 10.639/03, que alterou a lei nº 9.394/96 da LDB, é resultado de um longo e árduo processo de articulação política do movimento negro no Brasil⁶. Esse movimento entrou em pauta após o reconhecimento que, de fato, o Brasil é um país racista e preconceituoso e a população negra, mediante esse diagnóstico, encontra-se em situação de “vulnerabilidade”.

Muito embora pouco tenha sido realizado até então, em termos de práticas escolares, o reconhecimento do Estado de que existe racismo na sociedade brasileira, levou-o a criar a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no ano de 2003, a qual trouxe para o plano governamental o entendimento de que políticas reparatórias e urgentes deveriam ser institucionalizadas. Embora alterada pela lei nº 11.645/08 (que incorporou as demandas das populações indígenas), fica ao presente espírito da mobilização do movimento negro a conquista política por esse espaço.

Registramos aqui a importância da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na formação da sociedade brasileira, que contribuiu na economia e na política da história do Brasil, inclusive a catarinense, propondo novas diretrizes curriculares, valorizando, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros/as brasileiros/as e catarinenses, as culturas e as religiões de matriz africana.

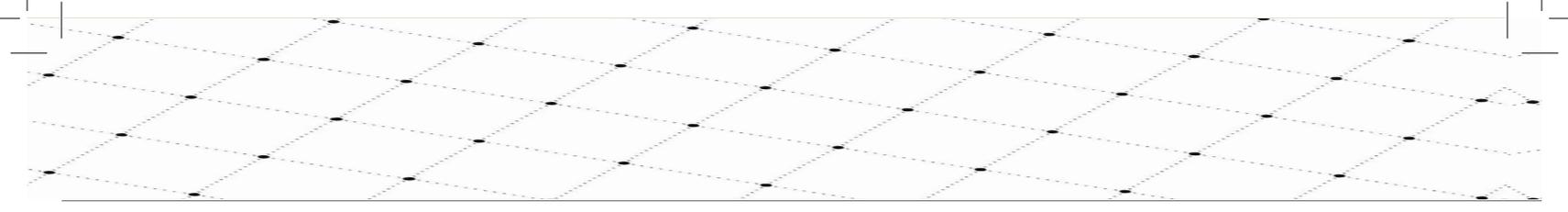
Já a lei nº 11.645/08, por sua vez, discorre sobre a temática da história dos povos indígenas e da população indígena no Brasil. Nela, consta a obrigatoriedade da inserção da história das populações indígenas no currículo escolar da educação básica, através da alteração da lei nº 10.639/03. Reflete o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, de que os equívocos produzidos nos espaços escolares acerca das diversas etnias indígenas têm causado prejuízos inestimáveis, sobretudo no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais desses povos.

A Constituição de 1988 rompeu com o regime de tutela (em que o Estado considera o “indígena” como indivíduo incapaz de tomar suas decisões e contar sua história), sem, porém, desconstruir os equívocos que pairam sobre o imaginário comum⁷.

As diversas organizações indígenas têm chamado a atenção, principalmente a partir da década de 70, para as ações do Estado brasileiro que, via tutela, retirava, ao longo da história “pós-colonização”, o direito à autodeterminação e às formas próprias de organização das sociedades indígenas, em nome de um projeto de nação homogênea, classista, de base cristã, letrada e eurocêntrica. A interferência eurocêntrica provocou o esvaziamento das organizações e o enfraquecimento das inúmeras etnias. A escola dos “brancos”, nesse contexto, acelerava esse processo, pois trazia, e ainda traz, informações genéricas, equivocadas e sempre escritas e contadas pelos não indígenas. Da mesma forma, as escolas atuantes nas co-

⁶ O marco político recente que deu visibilidade mundial às demandas dessas populações foi a Conferência de Durban, de 2001. (*IIIª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas*), a partir do qual o Estado brasileiro assumiu publicamente compromisso de mitigar os efeitos dessa exclusão através de uma série de ações.

⁷ A percepção de que existe o estereótipo de um indivíduo silvícola, nu, rudimentar, paramentado de cocares e tangas ainda persiste nos espaços escolares. Tais equívocos denotam a existência de um povo único, genérico, quinhentista e amazônico, de forma que atualmente persiste o entendimento errôneo tão caro às mais de 200 etnias e organizações indígenas no Brasil.



munidades, isto é, as escolas indígenas, não contemplando os processos próprios de ensino aprendizagem das etnias, impunham uma experiência pedagógica exógena.

Como parte das políticas de ações afirmativas, a lei nº 11.645/08 é uma ferramenta estratégica, via educação escolar, de visibilidade e reconhecimento das etnias indígenas. Além disso, essa tem uma dimensão maior quando pensada como instrumento que, conjuntamente às demais políticas, agrega ações de garantia e manutenção dessas populações e seus territórios, bem como do acesso dessas aos mecanismos de inserção econômica, social, política e educacional.

A inserção da lei nº 11.525/07, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, determina a inclusão obrigatória, no currículo do ensino fundamental, de conteúdos que tratem dos direitos das crianças e adolescentes, tendo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei nº 8.069/90 como diretriz. O ECA é considerado um marco na proteção da infância e da adolescência e tem como base a doutrina de proteção integral, reforçando a ideia de “prioridade absoluta” da Constituição de 1988. Dentre os direitos da criança e do adolescente, assegurados no ECA, destaca-se o direito à educação, com acesso e permanência na escola.

Constata-se esse direito, previsto na Constituição em seu art. 227, reconhecido às crianças e aos adolescentes brasileiros, como sujeitos plenos de direitos, a seguir:

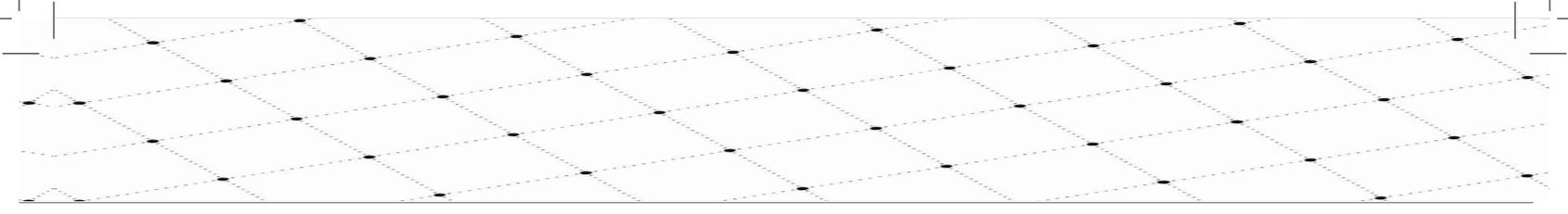
É dever da família⁸, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Apesar dessa constatação, o que se observa inúmeras vezes é a violação desses direitos das crianças e dos adolescentes em seus diversos espaços, nos quais são acometidos diariamente de diversas expressões de violências, como: psicológica, verbal, moral, física, simbólica, sexual, doméstica, patrimonial, institucional, mortalidade infantil, exploração do trabalho infantil, imposições consumistas, banalização do erotismo, pedofilia, entre outras.

Cabe considerar que muitas ações vêm sendo desenvolvidas na escola para a prevenção e promoção do enfrentamento das violências e violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes. No entanto, a escola não tem sido formadora de sujeitos conhecedores de seus direitos, conforme expressos constitucionalmente e nas legislações que especificamente os regem. Portanto, é preciso a escola assumir a função de proporcionar aos estudantes o acesso ao conhecimento de seus direitos e deveres, de forma que esses possam apropriar-se das informações necessárias que favoreçam a prevenção e a minimização das violações dos seus direitos.

A inserção de conteúdos que tratem dos direitos e deveres das crianças e adolescentes nos currículos escolares contribui para a formação de sujeitos conscientes no exercício da cidadania, possibilitando-os a serem ativos no seu espaço social de forma crítica e responsável, transcendendo na maneira de ver e viver a realidade.

⁸ É preciso considerar que o conceito de família tem sofrido modificações ao longo dos tempos, tem dado lugar a um conceito amplo que ultrapassa a unidade nuclear tradicional, composta por pai, mãe e criança. No contexto atual ela pode se apresentar com diferentes configurações. Tais arranjos diversificados podem variar em combinações de diversas naturezas, seja na composição ou também nas relações familiares estabelecidas. Assim, a família pode se apresentar: por genitores casados ou por um único genitor morando com seus filhos; não casados em uma mesma casa, ou composta por casais homossexuais, bissexuais, transgêneros, casais amasiados e famílias sucessivas, incluindo aquelas recasadas e/ou em que todos os membros moram juntos, é baseada nas relações íntimas e intergeracionais, incorporando variáveis externas, características das relações de esposa ou não-esposa e das relações genitores-criança, bem como outras pessoas que podem fazer parte da família. Se há ou não casamento, se é monoparental ou biparental; biológica ou não, oriunda do casamento ou não, matrilinear ou patrilinear, monogâmica ou poligâmica. Ainda incluem namorado(a), avô, avó, amigos íntimos, uma infinidade de formas a serem definidas, colocando-nos diante de uma nova família, diferenciada do clássico modelo de família nuclear.



Importa lembrar aqui que muitas vezes a compreensão que a sociedade em geral tem do ECA reduz-se apenas como sendo um instrumento normativo só de privilégios para crianças e adolescentes. Devido a esse equívoco de interpretação, esse instrumento legal, no âmbito escolar, gera nos professores, bem como em toda a comunidade escolar, desconforto e resistência, ora pela falta de conhecimento total ou parcial do documento, ora pela resistência em estudá-lo, divulgá-lo e aplicá-lo.

Os profissionais da educação vêm o ECA como um instrumento inibidor dos atos de punição em casos de ações de indisciplina dos estudantes. Mas ao obterem o real entendimento da legalidade dos direitos dos estudantes, passarão a entender que muitas vezes tomam atitudes contrárias a cada um dos artigos do ECA, que com veemência, condena qualquer forma de violência ou opressão. Como por exemplo, punição por meio de expulsão ou suspensão, medidas que violam o que preconiza a legislação em relação ao direito à educação, ao acesso e à permanência na escola.

No entanto, cabe dizer que esse instrumento legal favorece o professor nos casos quando necessita tomar atitudes de prevenção e de proteção, pois ele não só apresenta direitos dos estudantes como também seus deveres. É importante dizer que cabe aos professores apresentarem aos estudantes, às crianças e aos adolescentes, além de seus direitos, seus deveres, de forma que possam discernir seus reais direitos e deveres como cidadãos.

Vale dizer, ainda, que esse instrumento legal, além de apresentar as questões dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, tipifica os crimes contra criança, as sanções, define ato infracional e relaciona os órgãos de proteção. Esclarece-se aqui que os atos infracionais⁹ são desconhecidos pela maioria das crianças e, sobretudo, pelos adolescentes, que muitas vezes consideram que ao praticar um “crime” não serão punidos, não sofrerão a mesma pena aplicada ao adulto, desconhecendo que sofrerão medidas protetivas¹⁰ e socio-educativas¹¹ até que reparem o ato ilegal praticado. Portanto, crianças em desenvolvimento são pessoas dotadas de direitos, mas também possuem obrigações. Por isso, debater em sala de aula com os estudantes sobre ações relacionadas a ato infracional nos moldes do ECA é promover a prevenção¹² de atos de violência

Em face disso, é de extrema importância a formação continuada de professores, de professoras e de gestores voltada para a orientação e para o estudo e debate do ECA, exigindo a aplicabilidade e a avaliação sistemática na comunidade escolar dos resultados obtidos.

Assim, um dos conhecimentos necessários dos profissionais da educação é o ordenamento legal dos direitos da criança e adolescente, de maneira que seja rompida a distância entre o proclamado e o efetivado em nossas legislações (Cury, 2002).

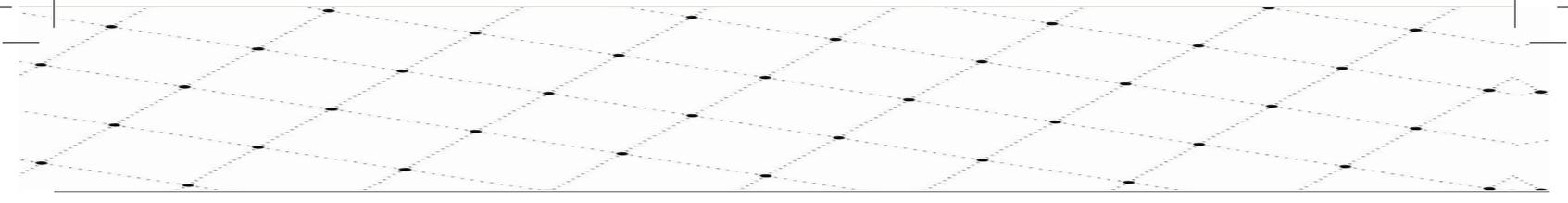
Cabe à escola, como instituição social, diagnosticar os fatores de risco que as crianças e os adolescentes enfrentam todos os dias, bem como deve prevenir os riscos de *bullying*, das violências, do uso de álcool e outras drogas, promovendo os direitos fundamentais sob uma perspectiva intersetorial.

⁹ Crimes e contravenções penais realizados por crianças e adolescentes.

¹⁰ Aplicado para crianças até 12 anos de idade, conforme estabelece o ECA, no artigo 105.

¹¹ Essas aplicadas para adolescentes de 12 anos até 18 anos de idade incompletos, conforme estabelece o ECA, no artigo 106.

¹² O conceito de prevenção na educação e os 10 passos para trabalhar essa ação encontra-se nas páginas 27 a 30 da Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola, 2011, SED.



Segundo o ECA, é papel dos profissionais da educação denunciar a situação em que vivem algumas crianças e adolescentes em relação à exploração do trabalho infanto-juvenil, a prostituição infanto-juvenil, a mortalidade infantil, a evasão e a repetência escolar ou a exclusão de crianças e adolescentes da escola, a realidade de meninas e meninos de rua, e na rua, além de outros processos de exclusão social. Essas situações devem balizar a promoção de políticas públicas voltadas para a proteção e a promoção dos direitos fundamentais de crianças e de adolescentes.

Inserir nas ações educativas as questões da diversidade humana, dos direitos humanos de crianças e adolescentes e do meio ambiente, de acordo com os marcos legais referenciados, é dever da escola “para a eliminação de discriminações, racismo, sexismo, homofobia e outros preconceitos e que conduzam à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente” (Artigo 16, § 3º da resolução nº 7/2010).

4. PRIORIDADES

Para promover uma educação democrática, pública, não discriminatória, que leve o sujeito a se conhecer e a se reconhecer como parte integrante ao meio no qual está inserido, torna-se necessário que as leis em pauta, neste caderno, sejam incluídas no currículo escolar da educação básica. Assegurando, assim, a efetivação e a aplicação dos princípios fundamentais necessários à inserção de ações nas práticas pedagógicas que possibilitem atitudes de reconhecimento às diferenças humanas e respeito à diversidade e a promoção de espaços educadores sustentáveis.

Nessa perspectiva, as autoras Arante e Silva (2009, p. 10) afirmam que:

A educação constitui-se um dos principais mecanismos de transformação na vida de um povo, é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano e de sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos sociais e minorias.

Para a verdadeira efetivação desses princípios, é preciso o engajamento dos segmentos da Secretaria de Estado da Educação, as Gerências Regionais de Educação - GERED e as unidades escolares da educação básica, em todas as etapas de ensino e modalidades, devem organizar-se no sentido de garantir a inserção das temáticas étnico-raciais, direitos e deveres das crianças e dos adolescentes e educação ambiental nas práticas pedagógicas.

Sabe-se que muitas são as iniciativas individuais, nem sempre divulgadas e conhecidas, voltadas à efetivação dessas leis, no entanto, muito ainda há que se fazer. Considera-se que, para a efetivação desses documentos legais, é imprescindível que as unidades escolares elaborem planejamentos voltados para o desenvolvimento de um trabalho sistemático e permanente, envolvendo toda a comunidade escolar. Com a intenção de auxiliar a realização de um trabalho voltado para essa prática pedagógica, constituiu-se algumas sugestões prioritárias, seguidas de ações, subsidiadas pelos planos de ação, elaboradas pelos profissionais da educação, compiladas e sistematizadas conforme a seguir:

Primeira prioridade – promover formação continuada e sistemática para os professores sobre as leis nº 9.795/99, nº 10.639/03, nº 11.525/07 e nº 11.645/08, objetivando:

- apropriar-se dos conhecimentos legais e das orientações curriculares do Estado de Santa Catarina;
- inserir as temáticas nos projetos políticos pedagógicos e nos currículos da educação básica, estabelecendo ações e conceitos/conteúdos;
- subsidiar os profissionais da educação com saberes necessários para o desenvolvimento de competências¹³ científicas, políticas e técnicas, para a construção de projetos interdisciplinares, voltados à execução de ações coletivas sobre as temáticas;
- compreender que os conceitos/conteúdos das questões indígenas, afro-brasileiros e africanos, educação ambiental e Estatuto da Criança e do Adolescente não são de responsabilidade apenas de determinadas disciplinas, mas de todo currículo escolar;
- desconstruir conceitos e pré-conceitos aprendidos histórica e culturalmente sobre as questões indígenas, afro-brasileira e africana, educação ambiental e Estatuto da Criança e do Adolescente.

¹³ Essas competências estão discutidas nesse caderno no item 5.1 Desvelando Saberes, p.24.

Ações:

- priorizar momentos de formação no ambiente escolar;
- criar grupos de estudos nas unidades escolares para debater sobre a inclusão no currículo escolar e no PPP as temáticas em foco;
- promover seminários regionais com o objetivo de compartilhar experiências e estratégias pedagógicas já realizadas sobre a inclusão dos conteúdos de história e das culturas indígenas, afro-brasileira e africana, da educação ambiental e direitos e deveres das crianças e adolescentes, previstas na resolução nº 07/2010 e resolução nº 02/2012, no currículo do ensino fundamental e médio;
- estabelecer parceria com universidades e outras instituições com o objetivo de ampliar discussões pertinentes às temáticas.

Segunda prioridade – planejar ações para trabalhar as resoluções nº 07/2010 e nº 02/2012 no currículo do ensino fundamental e médio, fundamentadas nas leis nº 11.645/08, nº 10.639/03, nº 11.525/07 e nº 9.795/99.

Ações:

- estabelecer ações pedagógicas coletivas para que ocorra a efetiva inclusão dos conteúdos no currículo em todas as etapas de ensino e modalidades da educação básica;
- reestruturar os planos de ensino, articulando os conteúdos nas áreas de conhecimento e entre os componentes curriculares (PCSC, 2014);
- garantir que os multiplicadores¹⁴ realizem nas unidades escolares encontros de estudo para a socialização e o debate dos fundamentos das leis;
- estabelecer como meta pedagógica nos Planos de Gestão Escolar¹⁵ a inserção dos temas pertinentes às leis.

Terceira prioridade – identificar um profissional do quadro escolar que tenha afinidade com os temas para coordenar e mobilizar ações no Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola – NEPRE, no Núcleo de Educação Ambiental – NEA e Núcleo de Educação Afrodescendente - NEAD:

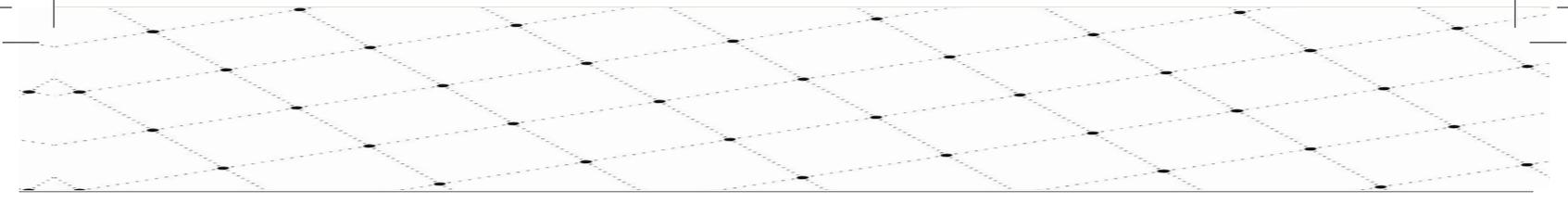
Ações:

- mobilizar a rede interna da escola e a rede externa intersetorial¹⁶ para, em parceria, desenvolver projetos no cotidiano escolar, direcionados às temáticas;
- identificar no contexto escolar estudantes com perfil de liderança, promovendo a participação desses como protagonistas e multiplicadores do conhecimento.

¹⁴ São multiplicadores os/as profissionais da educação relacionados no Anexo II, desse caderno.

¹⁵ Segundo decreto SC nº 1.794/2013, que dispõe sobre a gestão escolar da educação básica e profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades, alterado pelos decretos SC nº 243/2015, nº 284/2015 e nº 307/2015.

¹⁶ Um modelo de gestão de políticas públicas que se baseia na contratualização de relações entre diferentes setores, em que responsabilidades, metas e recursos são compartilhados, compatibilizando uma relação de respeito à autonomia de cada setor, mas também de interdependência (Adaptado pelo colegiado gestor estadual de SC, do Plano Estadual sobre Drogas).



Quarta prioridade – coletar material didático pedagógico, focados nas temáticas, para subsidiar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e a execução de ações coletivas.

Ações:

- pesquisar, em diversos meios, material bibliográfico atualizado;
- selecionar no Programa Nacional do Livro Didático – PNL material que esteja condizente com as leis em pauta.

Quinta prioridade – realizar avaliação sistemática na unidade escolar com o objetivo de acompanhar a implementação dos temas pertinentes às leis.

Ações:

- criar instrumento avaliativo que possibilite o acompanhamento da implementação das temáticas;
- promover articulação entre GERED e comunidade escolar para avaliar a implementação das leis.

Sexta prioridade – garantir no planejamento das gerências regionais a inserção das temáticas em foco.

Ações:

- ofertar sistematicamente formação continuada pertinente à inclusão dos conteúdos de história e das culturas indígena e afro-brasileira, da educação ambiental e direitos e deveres das crianças e adolescentes, previstas na resolução nº 07/2010 e resolução nº 02/2012, no currículo do ensino fundamental e médio;
- acompanhar e orientar pedagogicamente as unidades escolares na implementação das temáticas abordadas;
- constituir nas GEREDs os núcleos NEPRE, NEA e o NEAD, objetivando assessorar os Núcleo de Educação para as relações Etnico-Raciais e substituir pela sigla: NEAD.

5. MAPAS CONCEITUAIS

Os mapas conceituais, grosso modo, são diagramas indicando relações entre conceitos, ou entre palavras que representam conceitos, estabelecendo entre si relações significativas e hierárquicas (se for o caso). Segundo Moreira (1999), não devem ser confundidos com mapas mentais livres e meramente associacionistas, e, também, não buscam classificar conceitos, mas relacioná-los e hierarquizá-los.

O mapa deve ser um instrumento capaz de evidenciar significados atribuídos a conceitos e relações entre conceitos, levando em conta o contexto da área de conhecimento ou tema em questão. Para tanto, os envolvidos na criação do mapa devem ter claro a relação existente entre os conceitos elencados, tendo por base os elementos centrais e periféricos que compõem o agrupamento desses conceitos. Os mapas conceituais ajudam e direcionam o educador na construção da aprendizagem significativa.

Segundo Moreira (1997), esse procedimento deriva da ação da aprendizagem significativa, quando novas informações são relacionadas de forma espontânea às informações preexistentes na estrutura cognitiva de quem aprende, ocorrendo o fenômeno de interação. A partir desse processo estruturam-se conceitos mais gerais e outros conceitos mais específicos como condicionante do que se chama “armazenamento de informações”, do qual os mapas são ferramentas imprescindíveis.

5.1 Desvelando saberes e experiências

*Procuró despir-me do que aprendi,
Procuró esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram,
E raspar a tinta com que me pintaram os sentidos,
Desencaixar as minhas emoções verdadeiras,
Desembrulhar-me e ser eu.*

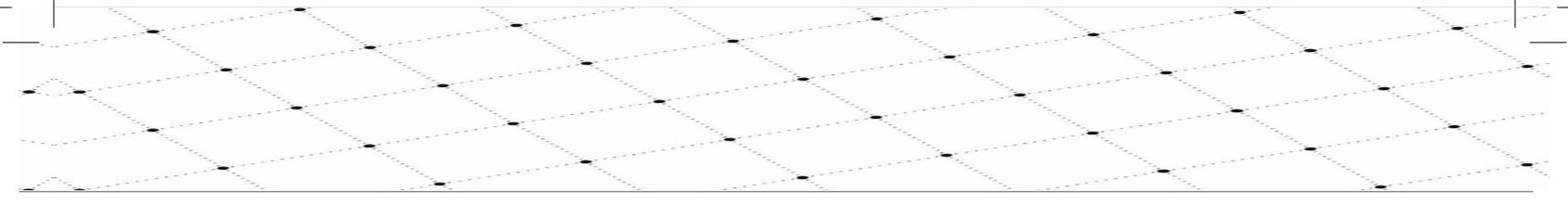
(Fernando Pessoa, 1980)

Parafraseando Fernando Pessoa, despir-se de conceitos e de preconceitos, até o desembrulhar-se dos sentimentos e das atitudes que violam os direitos humanos, é uma necessidade urgente no processo ensino-aprendizagem, pois se constitui como uma das principais funções sociais da escola. É fundamental, também, que a escola contribua na formação de identidade(s) numa perspectiva humana, ética e emancipatória, possibilitando um desenvolvimento mais harmonioso entre os sujeitos. Esse processo proporciona ao estudante a compreensão da realidade que o cerca, bem como o leva a participação e a intervenção crítica e ativa na vida social, política e ambiental.

Transcender a função de ser apenas transmissora de conhecimento sistematizado é uma prerrogativa pedagógica. Preocupar-se em adotar metodologias participativas e problematizadoras, reconhecendo, conforme afirma Paulo Freire¹⁷, que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção” que levem o estudante a dialogar, a pensar, a refletir, a criticar, a argumentar, a formular hipóteses, a tirar conclusões, a avaliar, a justificar, a expor suas dúvidas, a defender suas opiniões e a respeitar as inevitáveis divergências, é papel do professor.

Além disso, promover mudanças metodológicas que possibilitem a construção de novos pa-

¹⁷ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 22.



radigmas educativos, centrados no trabalho dialógico entre os diversos campos disciplinares, que possibilitem práticas pedagógicas, voltadas para a formação de sujeitos capazes de reconhecer as diferenças e respeitar a diversidade de ser, pensar, de viver, respeitando o meio ambiente, deve ser o foco principal de todos os professores na comunidade escolar.

É comum na dinâmica do cotidiano escolar emergir as questões de intolerância, de discriminação, de preconceito e de desrespeito, relacionadas ao étnico-racial, aos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes e das questões da educação ambiental. São situações, quando não problematizadas, que podem gerar conflitos, violência, exclusão e/ou depredação do ambiente físico e natural.

Com o objetivo de amenizar tais questões, evidencia-se, então, a importância do currículo dialogar constantemente com o contexto escolar. Considerando os dizeres do educador Paulo Freire¹⁸ que mostra que “ensinar exige reconhecimento e assunção da identidade cultural”, isto é, valorizar as vivências do estudante, os seus saberes e as suas experiências fora da sala de aula, bem como de sua vida familiar, social e da comunidade em que está inserido. Concluindo, as experiências e vivências que fazem parte da construção do saber do estudante possibilitam um leque de discussões quando aproveitadas e compartilhadas no espaço escolar.

Os mapas conceituais constituem-se em um instrumento essencial para a prática pedagógica, garantindo a inserção das temáticas obrigatórias, amparadas legalmente. Lembrando que as ações docentes devem ser voltadas para a problemática social, econômica, política e cultural. A construção do planejamento deve envolver comunidade escolar (pais/mães e/ou responsáveis, profissionais administrativos, pedagógico, funcionários, professores/as) e incitar a cooperação e a solidariedade com intuito de efetivar ações coletivas.

Vale ressaltar aqui que a abordagem desses temas devem contemplar as competências científicas, técnicas e políticas, considerando que:

Enquanto a **competência científica** corresponde a “o que fazer”, ou seja, quais os saberes necessários para tratar de tais questões numa abordagem educativa? Já a **competência técnica** diz respeito “ao como fazer”, quais os instrumentos, quais os métodos pedagógicos a serem utilizados na abordagem educativa? A **competência política**, por sua vez, envolve uma questão central: Qual o papel da educação formal – da escola e do/a educador/as – no processo educativo de ensino-aprendizagem dos sujeitos [...]? Em síntese: o que, como e por que tais questões devem ser postas à mesa da escola? (JOCA, 2009, p. 158, *grifo nosso*).

Com base nessas competências, podemos pensar numa educação democrática, inclusiva e significativa, fundamentada para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de resolver problemas e estabelecer relações de convivência harmoniosa com seus pares e com o ambiente onde estão inseridos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais humana, justa, solidária e sustentável.

Partindo dessa fundamentação teórica é que se deve cumprir o que determinam as leis nº 9.795/99, nº 10.639/03, nº 11.525/07 e nº 11.645/08, alinhavadas à sugestão dos mapas conceituais, favorecendo o desdobramento em novos conteúdos que devem ser abordados cientificamente.

¹⁸ Paulo Freire, (1996, p. 41).

5.2 – Iniciando um mapa conceitual

O uso dos mapas conceituais como ferramentas de organização curricular podem ser traçados para uma única aula, ou para a organização mais ampla de um programa de ensino. Sendo importante ferramenta para quem planeja, implicando na distinção básica entre dois tipos de conteúdo: o **curricular** e o **instrumental**. Quer dizer, entre o conteúdo que se espera que seja aprendido e aquele que serve de veículo para a aprendizagem (conhecimento prévio do estudante).

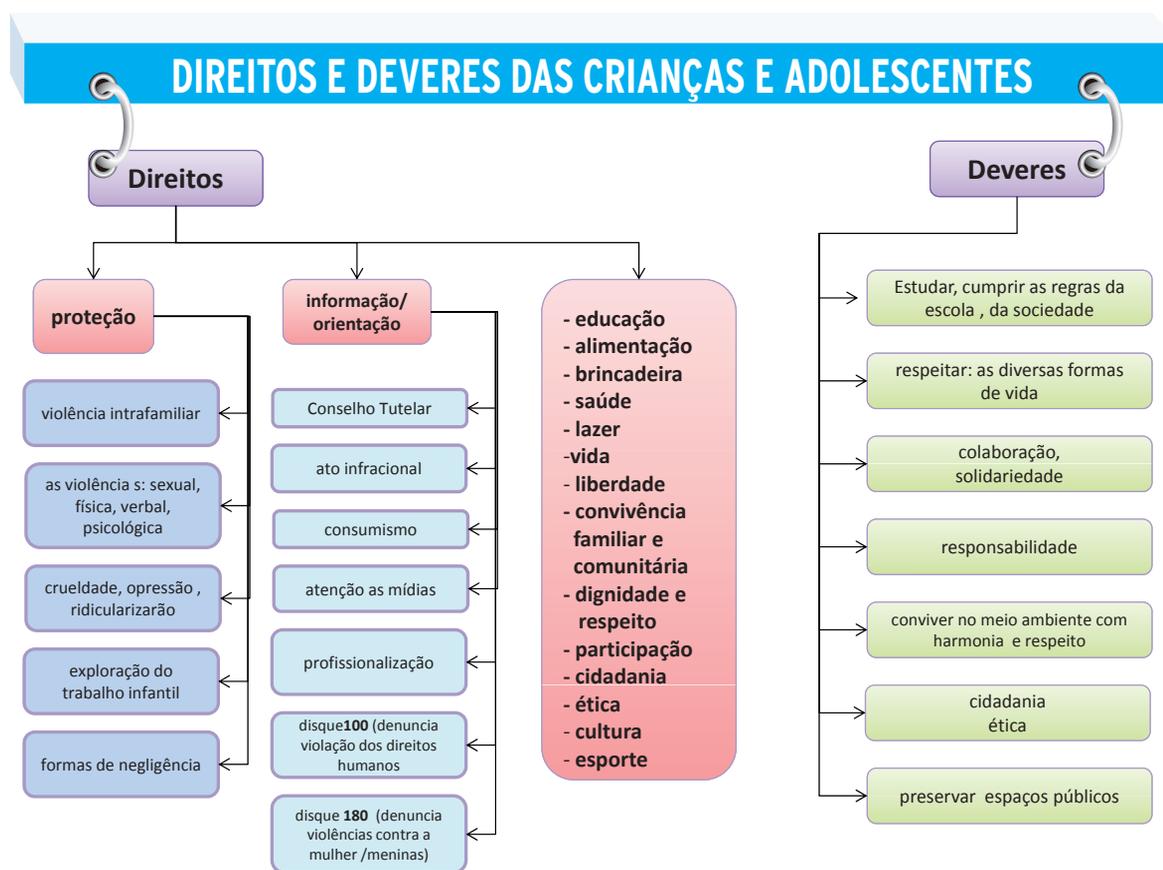
Para trabalhar com as questões foco deste caderno, os mapas são instrumentos de organizações imprescindíveis na medida em que estabelecem o trânsito entre três esferas de conhecimento, sendo uma delas aquela que diz respeito às percepções dos sujeitos da aprendizagem, e que para esse caso são os sujeitos da diversidade também.

Dentro desse contexto, sempre deve ficar claro no mapa quais os conceitos contextualmente mais importantes e quais os secundários ou específicos. Além disso, devemos estar atentos para três etapas fundamentais:

- 1º) identificar os significados no contexto do conhecimento que se quer tratar;
- 2º) identificar os conceitos necessários para a aprendizagem significativa, atrelados aos objetivos do currículo; e,
- 3º) identificar os significados preexistentes na estrutura cognitiva do aprendiz.

A organização da relação entre os conceitos e a busca dos conteúdos necessários são os passos seguintes. Vejamos alguns exemplos:

Principais conceitos



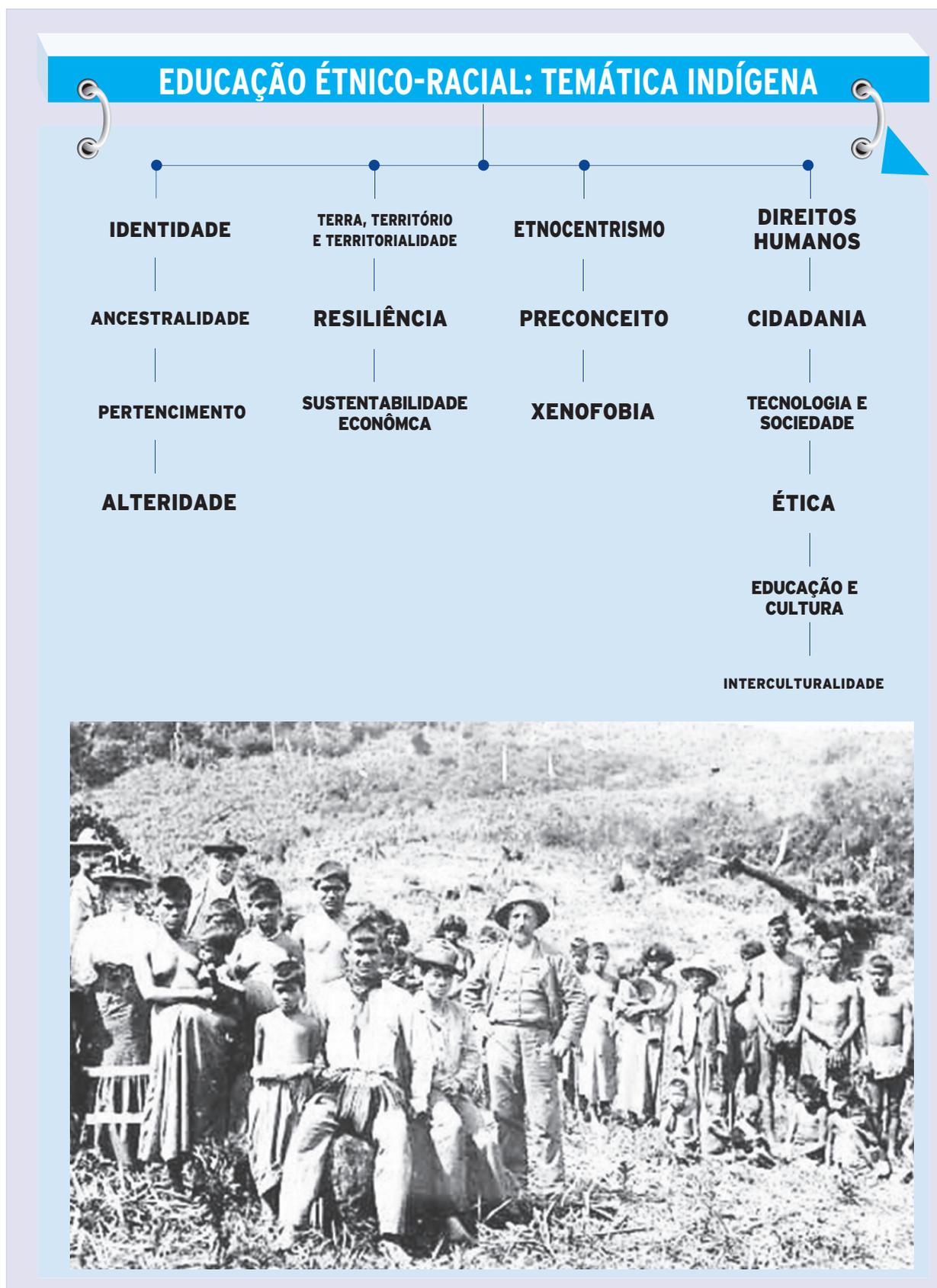
Principais conceitos



Principais conceitos



Principais conceitos



Fonte: <http://alfredowagnertq.blogspot.com.br/2011/08/indios.html>

6. APLICAÇÃO DOS CONCEITOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Os conhecimentos discutidos ao longo deste caderno, bem como, os conceitos/conteúdos sugeridos sobre direitos e deveres das crianças e adolescentes, educação ambiental e diversidade étnico-racial afro-brasileira, africana e indígena precisam ser trabalhados com o desenvolvimento de atividades e/ou estratégias que sejam motivadoras, sensibilizadoras, instigantes, participativas, reflexivas e criativas.

Segue algumas sugestões de metodologias/atividades* que podem auxiliar na abordagem das temáticas:

* No 1º Caderno Pedagógico: reflexões para a implementação da Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, nas páginas 35 a 37, encontram-se outras sugestões.

- planejar, por meio de **projetos de trabalho***, as questões sociais que devem ser estudadas, transversalmente, numa perspectiva globalizadora, inter-relacionando diferentes informações e conhecimentos, a partir de uma determinada temática;

* No anexo 1 encontra-se sugestão de roteiro de projeto de trabalho.

- aplicar **pesquisas** na escola ou na localidade que visem diagnosticar problemas referente às temáticas relacionadas aos direitos e deveres de crianças e adolescentes, educação ambiental e diversidade étnico-racial afro-brasileira e indígena, diversidade ou monitorar ações que foram ou estão sendo implementadas;
- tabular os dados, discriminando elementos reveladores para serem trabalhados e replanejados.
- desenvolver **oficinas** com os estudantes crianças e adolescentes. Essa é uma forma dinâmica de ensinar. Está alicerçada na participação e na construção coletiva de conhecimentos. Nessa atividade o professor é o facilitador, apresenta os objetivos da oficina, promove uma rodada de aquecimento para o trabalho com a temática.

Alguns passos importantes para elaborar uma oficina:

- definir o tema (revelado pela pesquisa, das demandas que emergem no cotidiano escolar);
- estabelecer os objetivos;
- justificativa da abordagem do tema;
- levantar materiais necessários de acordo com as atividades que serão desenvolvidas (textos, livros, música, jornais, revistas, literatura, legislação, mapas, imagens, fotografias, objetos, filmes, *sites* referentes à temática definida para o desenvolvimento das atividades da oficina, papel, fitas, tesoura, entre outros);
- tempo previsto;

- procedimentos (descrever os modos como os conteúdos serão trabalhados);
- avaliação.
- organizar **rodas de conversas**. Uma atividade que favorece o diálogo, contribui para o fortalecimento dos relacionamentos entre professor e estudante e também entre os estudantes da turma. Essa atividade possibilita ao professor descobrir o quê e o quanto os estudantes sabem sobre determinados conteúdos, instigando-os a refletir, analisar, opinar sobre assuntos diversos que envolvem a rotina escolar e o mundo. É um meio para trabalhar valores como o respeito, aprender a ouvir e a falar na hora certa, estabelecimento de regras, cidadania e aceitação;
- propor a realização de **entrevista** em dupla, trio etc., a partir de um roteiro comum sobre uma das temáticas apresentadas no caderno. As duplas deverão sistematizar em texto, com a demonstração ou não de tabelas e gráficos que apresentem os dados coletados na entrevista e compartilhados para a turma;
- realizar **estudos, debates e análises** de: notícias, documentários, novelas, filmes, vídeos publicados e/ou apresentados em jornais escrito e/ou falado, revistas, *internet (youtube)*, televisão, enfim, nas tecnologias midiáticas, sobre a temática. Estimular a turma a expor suas concepções. Observar e registrar os comentários são dados importantes para conhecer a turma. Aproveite para aprofundar alguns temas que surjam, problematizando os resultados da discussão desconstruindo preconceitos e estereótipos. Na aula seguinte, você poderá apresentar o tema de forma mais fundamentada e consistente;
- construir na escola **espaços e/ou atividades que garantam o direito à participação** ativa e construtiva das crianças e dos adolescentes na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla;
- elaborar com os estudantes um **caderno** que estabeleça ou pactue **regras da boa convivência ambiental**, considerando o ambiente social, físico e natural.

Para potencializar essas metodologias/atividades propostas, ou outras, seguem algumas sugestões de *sites*, onde podem ser encontrados planos de aulas, vídeos, filmes, documentários e bibliografias. Trata-se de material didático para suporte pedagógico na formulação de projetos, atividades, planos de ensino, planos de aula, pesquisas de professores e estudantes. São sugestões que contribuem para a implantação e implementação das legislações e das políticas necessárias para a inclusão da educação das relações étnico-raciais, dos direitos das crianças e dos adolescentes e da educação ambiental no currículo, nos Projetos Políticos Pedagógicos e nas práticas pedagógicas.

6.1 – Sugestões de sites

<http://tvescola.mec.gov.br/tve/agora>

- A TV Escola é um canal da educação; a televisão pública do Ministério da Educação destinada aos professores, educadores e alunos, com objetivo de subsidiar ações do professor na escola. Disponibiliza vídeos, jogos, DVDs e séries.

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/buscarAulas.html>

- O portal, lançado em 2008 em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, tem como objetivo apoiar os processos de formação dos professores brasileiros e enriquecer a sua prática pedagógica. Esse é um espaço público e pode ser acessado por todos os interessados.

<http://www.socioambiental.org/pt-br>

- O Instituto Socioambiental (ISA) é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos (fonte: próprio *site*).

<http://www.indioeduca.org/>

- Índio Educa nasceu em setembro de 2011 com o compromisso de trazer a história e cultura dos povos indígenas através das mais variadas formas, especialmente via *internet*, e a partir do princípio do protagonismo indígena. O grupo conta com o apoio da ONG Thydêwá, selecionada por um edital fruto da parceria entre **Brazil Foundation** e Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil, que veio atender ao Plano de Ação Conjunto Brasil – Estados Unidos para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica (JAPER). O grupo conta também com a parceria do Pontão de Cultura Viva: Esperança da Terra, parceria entre a ONG Thydêwá e o Ministério da Cultura (fonte: próprio *site*).

6.2 Sugestões de práticas pedagógicas

“Acorda Raimundo... Acorda!”: as transformações de papéis masculinos e femininos.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=9916>

- O objetivo: compreender a construção da masculinidade, os papéis de gênero e a validação social do ser homem; os direitos da mulher; os direitos universais humanos; a violência de gênero contra as mulheres, bem como ampliar conhecimentos acerca das questões de gênero e favorecer conscientização para equidade entre os gêneros.

Discutindo a questão das cotas raciais nas universidades.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=58451>

- O objetivo: promover uma reflexão em torno do sistema de cotas raciais implantado nas universidades brasileiras a fim de que o aluno possa reconhecer e se posicionar sobre uma das políticas públicas de combate às desigualdades sociais e raciais dentre tantas outras políticas.

Trabalhando o gênero em sala de aula.

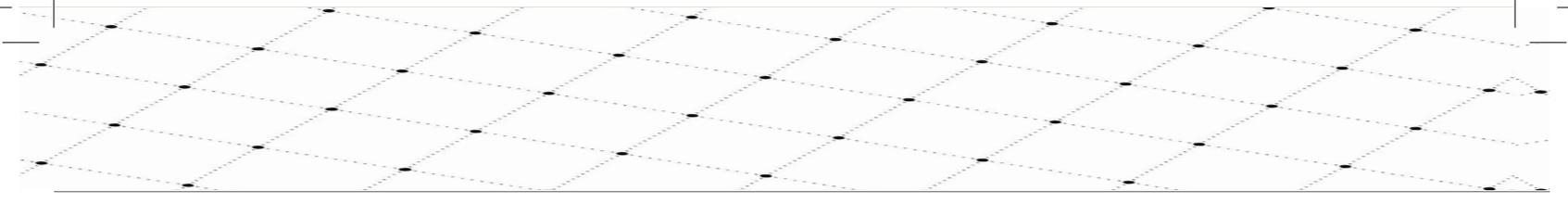
Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=58485>

- O objetivo: trabalhar a questão de gênero na sociedade a fim de ampliar a visão dos alunos sobre o masculino e o feminino em nossa sociedade moderna. Pensar sobre as relações que foram construídas de forma desigual, elaborar conceitos, identificar preconceitos e trabalhá-los. No ambiente escolar pode-se ver um reflexo de nossa sociedade sexista que ora dá vantagens a um gênero ora a outro. Dada nossa história colonial, vê-se ainda que meninos, desde tenra idade, têm comportamentos machistas com relação às meninas. É importante que o professor sinta-se preparado para trazer para a sala de aula um tema bastante polêmico. Para auxiliar o professor, sugere-se a leitura do material disponível nos recursos complementares dessa aula.

As crianças indígenas da aldeia de Ikpeng.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=58663>

- O objetivo: refletir sobre as crianças indígenas do Brasil, a partir da narrativa elaborada e



gravada em um vídeo produzido por um grupo de jovens indígenas. Essa narrativa faz parte das atividades do projeto que leva o nome de “Vídeo nas aldeias”, com a participação de jovens indígenas cineastas elaborando inúmeras produções. Esse vídeo produzido por um grupo de jovens indígenas, que tem se colocado como protagonistas na elaboração da história indígena no Brasil. Criado em 1986, esse projeto foi, desde o início, elaborado para apoiar as lutas dos povos indígenas, fortalecer suas identidades, seus patrimônios territoriais e culturais.

Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=58811>

- O objetivo: identificar as diferenças culturais entre as crianças brasileiras e valorizar a contribuição indígena para o Brasil.

Desigualdade X Diversidade: o outro lado da moeda.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=21771>

- Objetivo: perceber que a humanidade é formada por grupos com diversas características físicas, psicológicas e culturais, os quais devem ser respeitados. Refletir sobre o fato de que formar grupos heterogêneos na sala poderá favorecer a troca de experiências e o crescimento.

Viva as diferenças! Aprendendo a lidar com a diversidade presente na sala de aula.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=51895>

- Objetivo: ter compreensão e respeito pelo diferente e pela diversidade sexual e entendê-los como dimensões fundamentais no processo educativo.

Quem é diferente na escola? Trabalhando a diversidade.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=55547>

- Objetivo: é sensibilizar os alunos para a diversidade existente em qualquer aglomerado social na nossa sociedade brasileira. Para isso, diferentes atividades serão propostas no intuito de chamar a atenção para as diferenças e ao mesmo tempo as riquezas da diversidade étnica e cultural existentes na escola.

Canteiros e jardins internos: o espaço da escola como local de aprendizado e diversão.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=60088>

- Objetivo: exercitar os princípios básicos do raciocínio científico: ordenar, identificar, agrupar, classificar, comparar, avaliar, entre outros. Bem como reconhecer o ambiente da escola (e qualquer outro) como local apropriado para se construir o conhecimento.

“Taca-le pau, Marco veio”. O sotaque, a cultura e o pertencimento ao lugar.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=60087>

- Objetivo: reconhecer a contribuição de várias etnias na formação da diversidade cultural, que caracteriza a sociedade brasileira. Associar grupos de imigrantes à formação da cultura brasileira.

Consumismo e obsolescência programada no capitalismo.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=58812>

- Objetivo: entender o consumismo como característica fundamental das sociedades capitalistas industrializadas, analisando a relação existente entre consumismo e obsolescência programada.

A árvore e seu papel. Refletindo sobre a importância da árvore em nossa vida.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=58748>

- Objetivo: desenvolver valores e atitudes em relação às árvores, identificando a importância da árvore em nossas vidas.

“A cidade ideal”, do musical “Ossaltimbancos”.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=58801>

- Objetivo: apresentar os prós e os contras da cidade onde mora, discorrendo sobre a noção de cidade ideal sob várias perspectivas.

A natureza é a nossa casa: vamos cuidar bem dela.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=58505>

- Objetivo: descobrir que a filosofia também reflete sobre a natureza, percebendo a importância da natureza para a vida dos seres humanos; reconhecer que o ser humano é parte da natureza.

Educação ambiental: reaproveitando o óleo de cozinha – UCA.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=37872>

- Objetivo: avaliar o impacto ambiental do descarte inadequado de óleo utilizado na preparação de alimentos explicando as possibilidades de reaproveitamento do óleo utilizado em frituras. Adquirir hábitos mais condizentes com a sustentabilidade como a coleta seletiva e o descarte adequado de resíduos.

Educação ambiental e saúde: bons motivos para aprender.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=54973>

- Objetivo: identificar diferentes ações humanas nos espaços e nos serviços públicos no cotidiano (coleta de lixo, correio, postos de saúde, lazer) percebendo os cuidados com a saúde e o bem-estar relacionados às medidas coletivas como, por exemplo: coleta de resíduos, tratamento de água e esgoto.

Projeto educando com a horta escolar e a gastronomia – PEHEG.

Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016885.pdf>

- Objetivo: oportunizar ao aluno a conquista do seu espaço, preservando o meio ambiente onde vivemos proporcionando como atividade extracurricular um espaço de estudo, descoberta e aprendizagem.

6.3 – Sugestões de vídeos, filmes e documentários

ECA vai à escola.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vf_0AOn2QDc

- Sinopse: o vídeo apresenta o estatuto da criança e adolescente de forma clara e lúdica.

Mundo colorido – DVD Super Eca.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v7kaB4ARxP4>

- Sinopse: vídeo infantil com música e trata sobre as diferenças.

Direitos humanos em desenho.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Q2Zoqpo_OzA

- Sinopse: o desenho animado apresenta os direitos humanos desde antes do nascimento, as linhas de cuidados para a saúde integral, a rede de proteção intersetorial na prevenção das violências e promoção de uma cultura de paz.

Lixo extraordinário – documentário completo.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ibctyQ9aU5k>

- Sinopse: filmado ao longo de dois anos (agosto de 2007 a maio de 2009), *Lixo extraordinário* acompanha o trabalho do artista plástico Vik Muniz em um dos maiores aterros sanitários do mundo: o Jardim Gramacho, na periferia do Rio de Janeiro. Lá, ele fotografa um grupo de catadores de materiais recicláveis, com o objetivo inicial de retratá-los. No entanto, o trabalho com esses personagens revela a dignidade e o desespero que enfrentam quando sugeridos a reimaginar suas vidas fora daquele ambiente. A equipe tem acesso a todo o processo e, no final, revela o poder transformador da arte e da alquimia do espírito humano.

Olhos azuis (Blue eyes).

- Sinopse: o documentário relata a experiência da professora Jane Elliot (professora, socióloga estadunidense), onde o objetivo é fazer com que as pessoas brancas “vivam na pele” o que as pessoas negras sofrem. A partir da morte de Martin Luther King, a professora começou a fazer o exercício com seus alunos, separando-os pela cor dos olhos. Foram divididos em dois grupos, os de olhos castanhos, e os de olhos azuis. Os de olhos azuis eram os superiores, bem tratados, e os de olhos castanhos eram os subalternos, maltratados pelos de olhos azuis. Em pouquíssimo tempo as crianças já começaram a se comportar de forma diferente, conforme rotulados.

Acorda Raimundo... Acorda!

- Sinopse: *Acorda Raimundo... Acorda!* é um curta-metragem que estimula as reflexões sobre a tradicional construção da masculinidade, do ponto de vista homosocial. O filme ironiza a ideia dos teóricos do essencialismo que considera as pessoas portadoras de “pênis”, homem, e conseqüentemente com comportamentos masculinos; e quem tem vagina, mulher, e com comportamentos femininos. O filme contribui para compreendermos a teoria construtivista social, pois leva em consideração os aspectos socioculturais e não o órgão sexual.

Billy Elliot.

- Sinopse: um garoto de 11 anos que vive numa pequena cidade da Inglaterra, onde o principal meio de sustento são as minas da cidade. Obrigado pelo pai a treinar boxe, Billy fica fascinado com a magia do balé, ao qual tem contato através de aulas de dança clássica que são realizadas na mesma academia onde pratica boxe. Incentivado pela professora de balé (Julie Walters), que vê em Billy um talento nato para a dança, ele resolve então pendurar as luvas de boxe e se dedicar de corpo e alma dança, mesmo tendo que enfrentar a contrariedade de seu irmão e seu pai.

Delicada relação.

- Sinopse: baseado numa história real, *Delicada relação* retrata o caso de amor entre oficiais israelenses que estão servindo numa base na fronteira de Israel e Líbano. Eles são comandantes, estão apaixonados, e tentam encontrar um lugar para si próprios em meio a um sistema opressivo e rigoroso, que os leva a defender uma causa na qual não necessariamente acreditam. Também retrata a trágica estrutura de vida de jovens israelenses hoje em dia. O filme apresenta um conjunto encantador de jovens homens e mulheres, que deveriam, a essa altura de suas vidas, estar dançando, estudando e amando.

Atlântico Negro: na rota dos orixás.

- Sinopse: o documentário trata da riqueza cultural africana, sobretudo sua religiosidade. Exibe rituais e trajes típicos. Os africanos trouxeram para o Brasil os mestres da agricultura tropical e da criação de gado extensiva. Ele cita a religião dos orixás, muito ligada à noção de família. O tráfico de escravos da África para o Brasil durou 350 anos. Mais de 4 milhões de negros foram embarcados na costa africana com destino à Bahia, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Vista a minha pele.

- Sinopse: nessa história invertida, os negros são a classe dominante e os brancos foram escravizados. Os países pobres são Alemanha e Inglaterra, enquanto os países ricos são, por exemplo, África do Sul e Moçambique. Maria é uma menina branca, pobre, que estuda num colégio particular graças à bolsa de estudo que tem pelo fato de sua mãe ser faxineira nessa escola. A maioria de seus colegas a hostilizam, por sua cor e por sua condição social, com exceção de sua amiga Luana, filha de um diplomata que, por ter morado em países pobres, possui uma visão mais abrangente da realidade.

Minha vida em cor-de-rosa.

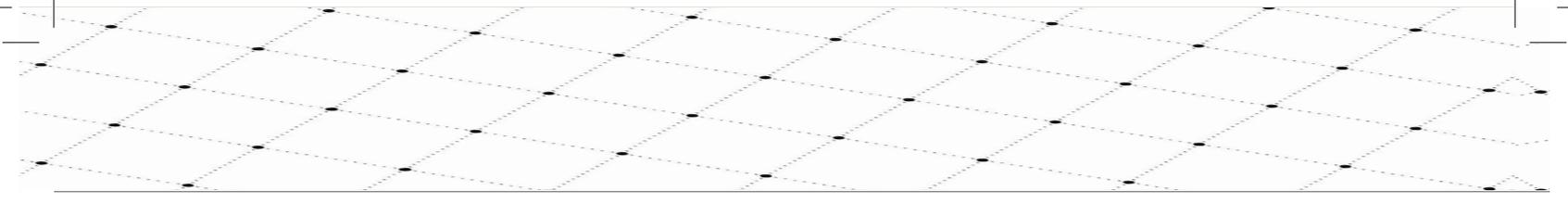
- Sinopse: o filme conta a história de um garoto de sete anos, Ludovic (Georges Du Fresner), que pensa ser menina. O normal para ele, não é, necessariamente, para os outros. Os pais não sabem como proceder diante do comportamento estranho do filho e da reação indignada dos vizinhos. O bairro é calmo, mas isso esconde o medo, a incompreensão e a rejeição. O menino é introspectivo, causa grande comoção quando decide só se vestir e se comportar como menina. O que lhe parece absolutamente normal é completamente bizarro para as pessoas que o cercam. Uma bonita história de magia, desejo e diferença, onde a lógica, simplicidade e coragem de uma criança se contrapõe aos preconceitos dos que a rodeiam.

Transamérica.

- Sinopse: Bree (Felicity Huffman) é uma transsexual que, antes de mudar de sexo, fez um filho. O garoto, Toby (Kevin Zegers), é agora um adolescente que sonha encontrar o pai que nunca conheceu. Os dois se encontram – sem que ele saiba sobre a identidade verdadeira de Bree – e partem, juntos, numa viagem de carro a Los Angeles.

A negação do Brasil.

- Sinopse: *A negação do Brasil*: documentário, de Joel Zito de Araújo*, cineasta e pesquisador mineiro, é uma viagem na história da telenovela no Brasil e particularmente uma análise do papel nela atribuído aos atores negros, que sempre representam personagens mais estereotipados e negativos. Baseado em suas memórias e em fortes evidências de pesquisas, o diretor aponta as influências das telenovelas nos processos de identidade étnica



dos afro-brasileiros e faz um manifesto pela incorporação positiva do negro nas imagens televisivas do país.

*Joel Zito de Araújo é doutor em ciências da comunicação pela Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo – ECA/USP e pós-doutorado no departamento de rádio, tevê e cinema, e no departamento de antropologia da University of Texas, em Austin, nos Estados Unidos.

Preciosa.

- Sinopse: o filme conta a história de uma menina chamada Claireece “Preciosa” Jones, que aos 16 anos se vê grávida do seu segundo filho, em uma situação completamente complexa que envolve um abuso sexual. Uma menina analfabeta, negra, pobre e que sofre preconceito também por conta do seu peso. É um filme sobre superação e empoderamento, é de certa forma também um filme sobre amor, sobre maternidade e sobre mudanças.

Uma onda do ar.

- Sinopse: quatro jovens amigos que vivem em uma favela de Belo Horizonte sonham em criar uma rádio que seja a voz do local onde vivem. Eles conseguem transformar seu sonho em realidade ao criar a Rádio Favela, que logo conquista os moradores locais por dar voz aos excluídos, mesmo operando na ilegalidade. O sucesso da rádio comunitária repercute fora da favela, trazendo também inimigos para o grupo, que acaba enfrentando a repressão policial para a extinção da rádio.

Besouro.

- Sinopse: no interior da Bahia, década de 20, os negros continuavam sendo tratados como escravos, apesar da abolição da escravatura ter ocorrido décadas antes. Entre eles está Manoel (Ailton Carmo), que quando criança foi apresentado à capoeira pelo Mestre Alípio (Macalé). O tutor tentou ensiná-lo não apenas os golpes da capoeira, mas também as virtudes da concentração e da justiça. A escolha pelo nome Besouro foi devido à identificação que Manuel teve com o inseto, que segundo suas características não deveria voar. Ao crescer, Besouro recebe a função de defender seu povo, combatendo a opressão e o preconceito existentes.

O sorriso de Monalisa.

- Sinopse: em *O sorriso de Mona Lisa*, Katharine Watson é uma recém-graduada professora que consegue emprego no conceituado colégio Wellesley, para lecionar aulas de história da arte. Incomodada com o conservadorismo da sociedade e do próprio colégio em que trabalha, Katharine decide lutar contra essas normas e acaba inspirando suas alunas a enfrentarem os desafios da vida.

Ao mestre com carinho (James Clavell, 1967, EUA, drama).

- Sinopse: um engenheiro desempregado começa a lecionar em uma escola pública da periferia de Londres, formada por estudantes rebeldes e também racistas. Aos poucos, ganha a confiança, amizade e respeito dos alunos.

Mãos talentosas (Thomas Carter, 2009, EUA, drama).

- Sinopse: o filme conta a história de um menino pobre de Detroit. Desmotivado por tirar baixas notas na escola, era motivo de *bullying* de forma frequente. Incentivado a estudar pela mãe, que voltou a estudar já adulta, Ben Carson torna-se diretor do Centro de Neurologia Pediátrica do Hospital Universitário Johns Hopkins aos 33 anos, em Baltimore, EUA.

Encontrando (Forrester, Gus Van Sant, 2000, EUA).

- Sinopse: o filme trata sobre a história de Jamal, um adolescente do Bronx que vai estudar em uma escola de elite de Manhattan (EUA), mas continua sofrendo discriminação e preconceito por conta de sua cor. Com a ida, conhece o talentoso escritor William Forrester, que percebe seu talento para a escrita e o incentiva a prosseguir nessa área.

Hotel Ruanda.

- Sinopse: em 1994, um conflito político em Ruanda levou à morte quase um milhão de pessoas em apenas cem dias. Sem apoio dos demais países, os ruandeses tiveram de buscar saídas em seu próprio cotidiano para sobreviver. Uma delas foi oferecida por Paul Rusesabagina (Don Cheadle), que era gerente do hotel Milles Collines, localizado na capital do país. Contando apenas com sua coragem, Paul abrigou no hotel mais de 1.200 pessoas durante o conflito.

Amistad.

- Sinopse: negros escravizados se rebelam e tomam o navio espanhol na costa de Cuba, enganados pelos tripulantes restantes, acabam capturados por um navio americano e uma batalha judicial se inicia. Não é dos melhores filmes de Spielberg, mas é didático na descrição do cruel transporte de escravos.

Índios no Brasil – quem são eles?

- Sinopse: a série *Índios no Brasil* mostra a relação da população indígena brasileira com a natureza, com o sobrenatural e com os não índios.

Ao contar a história do Brasil, muitas vezes o índio é tratado como um ser que parou no passado. Além disso, relacionado a atraso, preguiça e selvageria. Esse episódio apresenta quem são e como vivem os indígenas no Brasil atual, tomando como foco a relação deles com os outros brasileiros.

Fonte: sinopse do filme: https://www.youtube.com/watch?v=HA_0X2gCfLs

Povos indígenas: conhecer para valorizar.

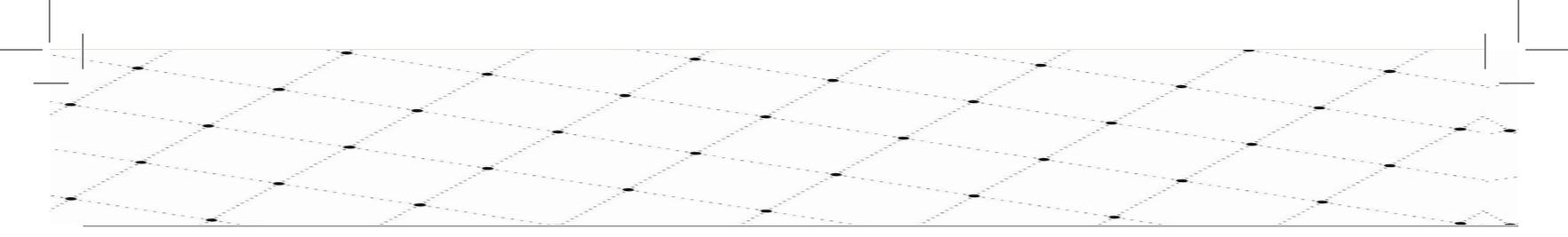
- Sinopse: documentário realizado pelo Museu do Índio em 2011 para discutir a lei 11.645/2008 e desmistificar algumas noções equivocadas sobre os povos indígenas no Brasil. Um excelente documentário para abordar com nossos alunos da escola não indígena e principiar profícuas discussões sobre a diversidade dessas populações em nosso Brasil.

Fonte: comentário do vídeo no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=MwMEuK-DfEw>

6.4 Sugestões de bibliografias

Superando o racismo na escola. 2ª edição revisada. Kabengele Munanga, organizador. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 204 p.: il.

- A formação cultural do Brasil se caracteriza pela fusão de etnias e culturas, pela contínua ocupação de diferentes regiões geográficas, pela diversidade de fisionomias e paisagens e também pela multiplicidade de visões sobre a miscigenação em sentido amplo, algumas ainda presas à desinformação e ao preconceito. Esse caldo de cultura muitas vezes gera atritos e conflitos em casa, na rua, no trabalho e na escola.



Quatorze professores foram escolhidos para escrever os textos da obra, cuja leitura possibilita a professores e alunos debaterem amplamente o assunto. Claro que o tema não se esgota aqui. Mas junto com outras realizações do Ministério, como vídeos e publicações da TV Escola, a obra é outro passo importante para a implantação eficaz das políticas educacionais.

[...] os alunos são levados a compreender a cidadania enquanto participação social e política; a posicionar-se de modo crítico e construtivo; a conhecer características sociais, materiais e culturais do país; a identificar e valorizar a pluralidade cultural; a posicionar-se contra a discriminação cultural, social, religiosa, de gênero, de etnia, dentre outras.

Coleções Africanidades Catarinenses. Org.: Jeruse Maria Romão, Editora: Grafset.

- O livro 5, *Africanidades Catarinenses*, faz parte da coleção *A África está em nós*. Essa obra trata de forma específica das contribuições dos povos africanos na formação do povo e cultura do Estado de Santa Catarina e das características hoje apresentadas pelos negros catarinenses. Os conteúdos estão agrupados em 4 capítulos: contribuição do negro; escravidão e resistência; o negro na sociedade; e, para saber mais. Ao longo do livro foram tratados temas relativos à contribuição recebida pelos povos africanos na educação, na literatura, nas artes, músicas, danças e manifestações religiosas. São apresentadas discussões sobre a escravidão nos diferentes períodos históricos e a formação dos quilombos até os dias atuais. Trata também da luta dos movimentos sociais, salientando as conquistas nas diversas regiões do Estado.

Conhecer a riqueza da história e cultura dos povos africanos e seus descendentes catarinenses reforça, em toda a população, a identidade e a visibilidade das heranças, o que contribuirá para a elevação da autoestima dos afrodescendentes.

O ECA nas escolas: perspectivas interdisciplinares* Luciana Calissi, Rosa Maria Godoy Silveira (organizadoras). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

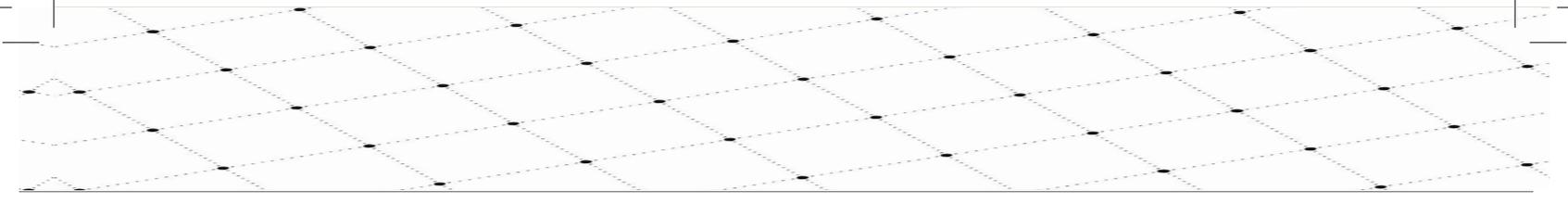
- Esse livro trata de questões mais pedagógicas sobre a inserção do ECA no dia a dia da escola.

* Encontra-se disponível no site <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016937.pdf>. E no portal da SED, www.sed.sc.gov.br, no campo referências, link da Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, em sugestões de livros, filmes e links para trabalhar com as temáticas transversais.

História e cultura dos povos indígenas no Brasil. José Roberto Villas Bôas, Claudio Figueiredo e Carmem Lúcia Campos. Editora Barsa Planeta.

- O livro apresenta conteúdo aprofundado acerca da história e cultura dos povos indígenas no Brasil, aborda de modo preciso temas e definições relacionadas ao etnocentrismo, propriedade da terra e diversidade cultural. Traz glossário, sugestões de livros, filmes *websites* que abordam os temas. O livro traz ainda um rico material iconográfico, são mapas, ilustrações atuais, tabelas, desenhos que ajudam o professor/estudante a entender a história e cultura indígena.

Os conteúdos estão em consonância com o que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena e a lei nº 11.645/08 que altera a lei nº 9.394,



de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena e com a atualização da Proposta Curricular do Estado que apresenta a diversidade étnico-cultural indígena como princípio educativo e formativo.

História e cultura afro-brasileira e africana: repensando as práticas pedagógicas em contos, lendas e mitos. Célia Regina Tokarski. Editora Base.

- Esse livro apresenta uma antologia de contos, lendas e mitos africanos que objetiva apresentar pedagogicamente as questões da pluralidade cultural e os valores étnicos e raciais de nossa sociedade, de maneira a entender a origem e influência no comportamento do brasileiro.

Nos últimos anos, a legislação apontou a necessidade de valorização das etnias que compõem a sociedade brasileira. Além disso, enfatizou o papel dos cidadãos para a busca de uma sociedade que promova o combate ao racismo e às discriminações sociais. Para isso, o conhecimento da história afro-brasileira e africana pauta-se em diferentes meios, buscando compreender a raiz dessas culturas para respeitar sua identidade e possibilitar as práticas cidadãs.

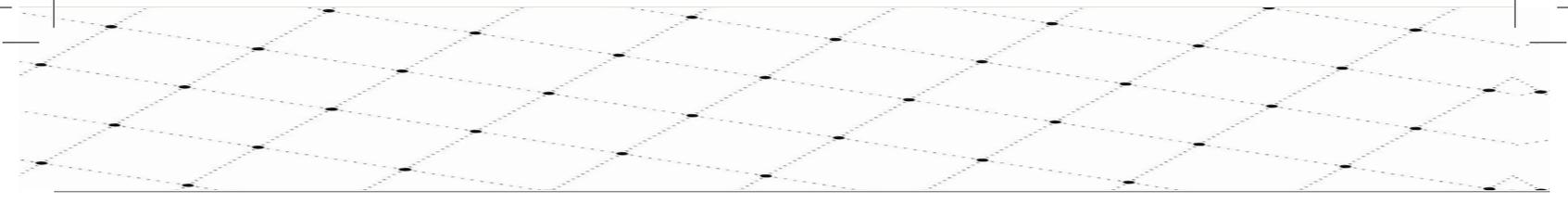
Trazer para o currículo da escola a história e a cultura dos negros e afrodescendentes, por meio da literatura, parte-se do pressuposto que é necessário buscar estratégias para se trabalhar o tema literário na escola sem que haja distorção, mas sim que as práticas de leitura dialoguem com o contexto social do leitor, sobretudo que a literatura não tenha um caráter servil. A literatura pode levar a criança a olhar o mundo por diferentes perspectivas, possibilitando que entre em contato com as diversas formas de pensar, de escrever e, principalmente, de existir. A literatura permite viajar sem sair do lugar, levar o leitor a um lugar que, concretamente, lhe é totalmente desconhecido, podendo, ao menos temporariamente, se desfazer do seu olhar cultural e contextual para olhar sob outra ótica. O conteúdo do livro possibilita e facilita esta estratégia pedagógica.

O livro contempla a temática das diversidades étnico-raciais, que está sendo construída coletivamente na atualização da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e seus pressupostos pedagógicos estão de acordo com os preceitos da lei nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003, que altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira”, e dá outras providências, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

Educação ambiental: o que é educação ambiental. Marcos Reigota. Editora Brasiliense, coleção Primeiros Passos.

- O livro nos faz refletir sobre a educação ambiental que visa à formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes, na promoção de uma educação política. Dessa forma, busca-se um entendimento mais abrangente acerca das ações cotidianas, enfatizando a educação ambiental como uma ação global, onde o cidadão, ao ter conhecimento dessa realidade, produz um pensamento universal para assim atuar conscientemente como modificador do meio onde está inserido.

No sentido de aprofundar um pouco mais a discussão sobre educação ambiental, o autor



traz uma discussão acerca das diversas concepções sobre o termo meio ambiente, explicando que o mesmo está inserido em inúmeros e diversos discursos políticos, sociais, ecológicos e midiáticos. Para ele, educação ambiental está relacionada às relações dinâmicas e que estão em constante interação entre aspectos sociais e naturais.

A educação ambiental está inserida em todos os aspectos que educam o cidadão, dessa forma, é possível percebê-la nos diversos espaços sociais, culturais, políticos e educacionais, dando, cada um, ênfase às suas especificidades. Por perceber a educação ambiental em uma perspectiva global, o autor salienta que a mesma não poderia ser considerada como disciplina dentro do processo educativo, mas sim, como uma perspectiva que permeie todas as disciplinas. Assim, a educação ambiental deve ser abordada nos diversos aspectos e espaços promovendo a percepção do educando como cidadão brasileiro e planetário.

Livro atualizadíssimo, pois contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação ambiental e a lei federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999: dispõe sobre a educação ambiental, institui a **Política Nacional de Educação Ambiental** e dá outras providências e será um excelente subsídio pedagógico para a temática educação ambiental como princípio educativo e escolas como espaços educadores sustentáveis, discussões coletivas na atualização da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina.

A temática indígena na escola. Aracy Lopes da Silva e Luis Donizete Benzi Grupioni (organizadores).

- Muito embora esse material seja datado de 1995, ele reúne as contribuições de vinte e dois autores, referentes a mais de duzentos povos indígenas que habitam o Brasil. Propõe uma análise das condições necessárias para o que aponta como “convívio construtivo” entre a população brasileira por meio do conhecimento mútuo, pela aceitação das diferenças e pelo diálogo. ...“A reflexão sobre os povos indígenas e sobre as lições que sua história e suas concepções de mundo e de vida podem nos trazer, aliada ao exame dos modos de relacionamento que a sociedade e o Estado nacionais oferecem aos povos indígenas constituem um campo fértil para pensarmos o país e o futuro que queremos”... (Grupioni, L. Donizete).

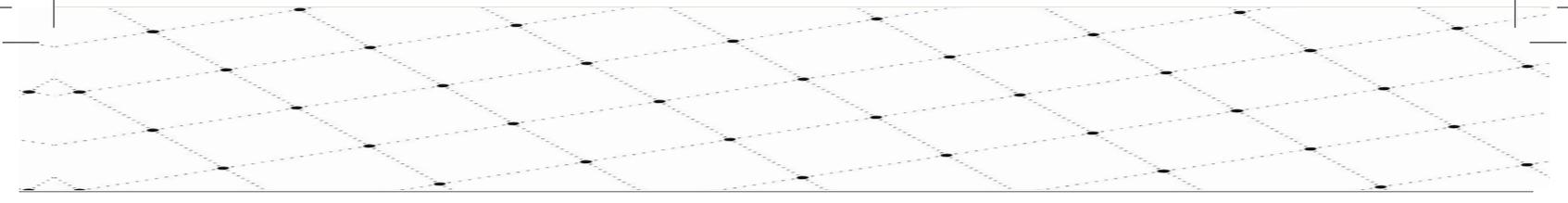
Site: http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1244392794A_Tematica_Indigena_na_Escola_Aracy.pdf

A temática indígena na escola: subsídios para os professores. FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. SP: Editora Contexto, 2011.

- Essa obra, nas palavras da autora, “...destaca o papel ativo do Estado nacional brasileiro no apagamento das memórias relacionados aos nativos americanos. O foco, entretanto, não fica no passado ou na instituição do Estado. Partindo da premissa de que a leitura do tempo passado é sempre realizada sobre o viés do presente”... Explica de forma clara e embasada porque os povos indígenas são presos à narrativa do passado da história do Brasil. Material imprescindível aos professores e professoras de escolas de educação básica que querem maior aprofundamento sobre a temática indígena.

História e cultura indígena de Santa Catarina através das escolas. Notzold, Ana Lúcia Vulfe; Rosa, Helena Alpini (organizadoras). Florianópolis, Pandion, 2011.

- Resultado do projeto de observatório da educação escolar indígena, desenvolvido pelo LABHIN/UFSC, o material disponibiliza dados referentes às escolas indígenas em Santa



Catarina em um universo de três escolas, sendo elas das etnias Guarani, Kaingang e Xokleng. Agregando aos dados as informações históricas de cada um desses povos, também disponibiliza informações sobre a organização das comunidades e o espaço escolar, bem como a ação dos professores indígenas.

Cineastas indígenas: um outro olhar. Araújo, Ana Carvalho Ziller de. Olinda, 2010.

- Desenvolvido pela ONG Vídeo nas Aldeias, o projeto Cineastas Indígenas, somado aos DVDs produzidos, destina-se a professores de ensino médio que querem trazer informações sobre diversas etnias sob o ponto de vista dos próprios indígenas. Traz dados sobre a história, cosmovisão e demais aspectos da vida desses povos.

AS AVENTURAS DE YARA NO PLANETA OCULARES: conhecendo, respeitando e convivendo com a diversidade religiosa e os direitos humanos (Vol. I e II). Coordenadores: Lilian Blanck de Oliveira e Elcio Cecchetti. Editora: EDIFURB. Ano: 2013

Estes cadernos apresentam, de modo criativo e inovador, as aventuras de uma adolescente chamada Yara que, ao sofrer discriminação em sua própria terra, foi convidada por seus pais a fazer uma viagem até a casa de seus avós. Durante o caminho, convive e dialoga com diversos grupos culturais e descobre que, em cada tempo e lugar, as pessoas constroem e organizam suas vidas, a partir de um modo próprio de ver o mundo. Yara descobre que neste planeta há lugar para todas as pessoas, e que cada uma delas possui o direito à liberdade de pensamento, consciência e crença. Esse direito inclui a liberdade de escolher, não ter crenças ou de mudá-las, bem como, a liberdade de manifestá-las em público ou em particular. Os conteúdos deste livro podem ajudar você a perceber que grande parte dos conflitos e violências existentes no mundo são decorrentes da intolerância e da falta de reconhecimento das diferenças.

7. ÍNDICE DE IMAGENS DA CAPA

| Imagem | Título da Obra/dados | Atividade | Autores |
|---|---|--|--|
|  | Projeto Escola Sustentável | Produção de hortas sustentáveis, fixas e suspensas, feitas com garrafas PET. | Estudantes da EEB João XXIII, GERED de Brusque |
|  | Projeto Povos indígenas: sabedoria e arte | Confecção do instrumento chamado maracá, utilizando materiais recicláveis como garrafa pet, cabo de vassoura e penas | Da esquerda para a direita: Naely de Arruda, Rian Miguel Arcanjo de Marafino, Joice Muniz Gonçalves Estudantes do 5º ano EEB Getúlio Vargas GERED da Grande Florianópolis |
|  | Brasil Afrodescendente | Técnica de colocação de turbantes | Da esquerda para a direita: Anna Julya de Souza da Silva, Maraina Felipp Silva, Marya Fernanda de Souza da Silva Estudantes do 5º ano EEB Getúlio Vargas GERED da Grande Florianópolis |
|  | Brasil Afrodescendente | Pesquisa e construção de painéis contendo texturas de origem africana | Da esquerda para a direita: Moisés Marques Nunes, Amanda Jorge Alves, Kauã Samuel de Freitas estudantes do 5º ano EEB Getúlio Vargas GERED da Grande Florianópolis |
|  | Brasil Afrodescendente | Pesquisa e construção de painéis contendo texturas de origem africana | Da esquerda para a direita: Leandro Costa Cardoso, Pablo Vieira Alves Barbosa Estudantes do 5º ano EEB Getúlio Vargas GERED da Grande Florianópolis |

| | | | |
|---|---------------------------------------|---|---|
|  | <p>Brasil Afrodescendente</p> | <p>História e confecção da boneca Abayomi</p> | <p>Da esquerda para a direita: Gessé Lazzarotto Firmiano, Gabriela Gonçalves Conceição, Maráina Felipp Silva, Joice Muniz Gonçalves, Naely de Arruda, Paola Vicente Machado, Juliana Vitoria Maria. Parte inferior da foto: Débora Narciso de Souza Estudantes do 5º ano EEB Getúlio Vargas GERED da Grande Florianópolis</p> |
|  | <p>Brasil Afrodescendente</p> | <p>Roda de Capoeira realizada pelos alunos no vão central da escola</p> | <p>Estudante participante: Felipe Cardoso Raitz Estudantes do 5º ano EEB Getúlio Vargas GERED da Grande Florianópolis</p> |
|  | <p>Brasil Afrodescendente</p> | <p>Pesquisa e confecção de máscaras de origem africana</p> | <p>Estudantes do 5º ano EEB Getúlio Vargas GERED da Grande Florianópolis</p> |
|  | <p>Projeto Étnico-racial indígena</p> | <p>Painel produzido pelos estudantes da EEB Profª Anair M. Voltolini</p> | <p>EEB Profª Anair M. Voltolini Município Pouso Redondo GERED Taió</p> |
|  | <p>Brasil Afrodescendente</p> | <p>Releitura da obra do artista plástico chamado Debret, intitulada "Negra vendendo caju"</p> | <p>Estudantes do 5º ano EEB Getúlio Vargas GERED da Grande Florianópolis</p> |

| | | | |
|---|--|--|--|
|  | <p>Brasil Afrodescendente</p> | <p>Banner criado pelo alunos e exposto na porta da sala de aula das turmas participantes do projeto</p> | <p>Estudantes do 5º ano EEB Getúlio Vargas GERED da Grande Florianópolis</p> |
|  | <p>Povos indígenas: sabedoria e arte</p> | <p>Descrição, através de frases e desenhos, do aprendizado obtido pelos alunos sobre o significado da capoeira</p> | <p>Estudantes do 5º ano EEB Getúlio Vargas GERED da Grande Florianópolis</p> |
|  | <p>Projeto Povos Indígenas</p> | <p>Cartaz confeccionado pelos estudantes.</p> | <p>Estudantes do 5º ano EEB Getúlio Vargas GERED da Grande Florianópolis</p> |
|  | <p>Brasil Afrodescendente</p> | <p>Painel construído com as texturas africanas pesquisadas e criadas pelos estudantes.</p> | <p>Estudantes do 5º ano EEB Getúlio Vargas GERED da Grande Florianópolis</p> |
|  | <p>Projeto Povos Indígenas</p> | <p>Calendário indígena confeccionado pelos estudantes.</p> | <p>Estudantes do 5º ano EEB Getúlio Vargas GERED da Grande Florianópolis</p> |
|  | <p>Estudantes participando na IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio ambiente- CNIJMA, 2013.</p> | <p>Oficina de Permacultura realizada na IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio ambiente- CNIJMA, 2013.</p> | <p>Estudantes do Ensino Fundamental, representantes estaduais.</p> |

| | | | |
|--|--|--|---------------------------------|
|  | <p>Horta orgânica em forma de mandala.</p> | | <p>EEB Elvira Farias Passos</p> |
|  | <p>Horta orgânica em forma de mandala.</p> | <p>Estudantes da escola fazendo o cultivo de mudas de hortaliças</p> | <p>EEB Elvira Farias Passos</p> |
|  | <p>Horta em escola da rede estadual</p> | <p>Foto sem identificação cedida para a IV CNIJMA, 2013.</p> | |

8. ANEXOS / ANEXO I

Relação de cursistas¹⁹ do curso de formação continuada “Diversidade e educação ambiental no currículo da educação básica”.

Dentre as metodologias de ensino, existentes, a de projeto de trabalho é uma sugestão para a compreensão, geralmente em caráter interdisciplinar, de eventos e fenômenos relacionados ao cotidiano e ao contexto científico.

A diretriz metodológica que norteia o desenvolvimento de projetos possibilita ao estudante entender o ambiente onde vive; refletir e questionar a sua realidade; buscar formas de intervir/solucionar com mudanças de atitudes diante da realidade, visando à melhoria da sua qualidade de vida.

No projeto de trabalho as crianças e adolescentes são oportunizados à participação, à discussão, a estabelecer relações, a confrontar, a vivenciar suas emoções e suas experiências de vida, a tomar decisões diante dos fatos para intervir na realidade física e social.

Sugestão de roteiro para o planejamento de projeto de trabalho.

Tema/nome ou título: a seleção do tema e/ou do problema é o ponto de partida para a elaboração de um projeto de trabalho. Pode nascer da realidade vivida pelos estudantes, a partir dos seus conflitos cognitivos ou de situações reais de vida, também uma inquietação ou uma posição a respeito da localidade, do município etc., enfim, do mundo, como pode ser definido pelo professor considerando os conteúdos aqui sugeridos, os objetivos das próprias áreas de conhecimento ou ainda decorrentes de outros projetos de trabalho.

Justificativa: tem como finalidade argumentar sobre a importância do estudo do tema/conteúdo levando em consideração a leitura de contexto; qual a relevância social e científica do estudo; o que preconiza a legislação. A produção desse texto implica em pesquisa.

Objetivos gerais e específicos: devem ser definidos de forma clara e precisa com a previsão de conteúdos/conceitos, princípios, fatos, valores, atitudes e procedimentos.

Disciplinas envolvidas: os conteúdos do tema podem abranger as áreas de conhecimentos básicos como matemática, língua portuguesa, ciências etc.,

Atividades: as possibilidades de variadas atividades deverão despertar interesse e envolvimento das crianças e adolescentes para que eles sintam prazer nas atividades, assim: elaborar atividades propositoras de diagnósticos para que os estudantes possam expressar suas ideias e seus conhecimentos sobre o tema a ser estudado, as suas hipóteses (ver sugestões de estratégias); levantar com os estudantes estratégias de trabalho para a busca de respostas, de conhecimentos, as quais devem ser desafiadoras a ponto de levar os estudantes a novos conflitos cognitivos, ao desequilíbrio de suas hipóteses iniciais, a confrontarem seus pontos de vistas com o conhecimento científico, a fim de construir novas aprendizagens, novas atitudes.

Recursos: relacionar os recursos que serão utilizados na execução do projeto, detalhando-os em humano ou materiais.

Cronograma: previsão do tempo necessário para a execução do projeto, que pode ser a curto ou longo prazo.

Avaliação: momento de conclusão do projeto, com apresentação e divulgação dos resultados em que os estudantes demonstram o que aprenderam sobre o tema estabelecendo relações entre o conhecimento real, isto é, dos conhecimentos prévios e os novos conhecimentos adquiridos (ver sugestões de estratégias para a exposição de experiências, trabalhos etc.).

Referências bibliográficas: fontes de consulta para a compreensão do tema (trabalhar com projeto pressupõe pesquisa).

¹⁸ Essa relação foi fornecida pela GEDAF, responsável pela coordenação administrativa do curso.

ANEXO II

POLO I

Gerências Regionais de Educação (Taió, São Joaquim, Rio do Sul, Lages, Mafra, Canoinhas, Curitiba, Caçador, Campos Novos, Joaçaba, Ibirama, Videira)

| | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|
| Adão Lourenço | Delair da Costa | Ivone Janete Katzer |
| Ademir Cristiano Schwarzrock | Denise Rodrigues do Amaral | Ivonir de Oliveira |
| Adriana Milbratz | Diego Andrei Re1mann | Izabel Moreira dos Santos Dal Ri |
| Adriani Erkmann | Diego Petrykowski | Jairo Zoli Godinho De Souza |
| Adriano Vic dos Santos de Oliveira | Diego Prescendo Da Silva | Jason Michels |
| Alcides Malkowski | Dirce Aparecida Pellicoli | Jalmir Cesar G. de Araújo |
| Alessandra Bertaioli | Dirce Grein | Jalusa Endler de Sousa |
| Aline Judite Valiati | Dirlene da Costa de Oliveira | Janinha Vieira Bressan |
| Aline Perazzoli Buratto | Edson Luis da Silva Dias | Joanira Meuse Fernandes Camargo |
| Amelia J. Neves Pereira | Eduardo Salvador | Joanita Flesch Amaral |
| Ana Altino De Franqa | Elaine Prochnow Pires | Joao Ademir Canc1lier |
| Ana Do Prado | Elcio Pereira | Joao Osni Sarda |
| Ana Maria Bianchini | Eleani Bettanin Conte | Joilson de Giacometti |
| Ana Maria M. dos Santos | Eliane Aparecida Netto Mohr | Jomara de Liz |
| Andrea Pillati | Eliane Maria Faustino Nardelli | Jonas Alves Carvalho |
| Andreia Aparecida Rold | Eliane Ribeiro dos Santos | Jose Batista Correa Couto |
| Andreia Cechinel Mossi | Eliane Scoz Medeiros | Jose Cuzugn Ndili |
| Anelore Gadotti | Eliane Weber | Jose Gladenir Rodrigues |
| Angela A. Coelho Waltrick | Elias Machado | Jose Renato Rosa Machado |
| Angela Maria N. Roskamp | Eliete Candido Ivanoff | Josefina Silva Boscia |
| Angelo Barbosa da Silva | Elis Regina Bressan Felicetti | Joyceli Maria Paloschi |
| Ariane L. Bohne Berger | Elisa Maria Paul | Jucelia Teresinha Gotardo |
| Aurea de Fatima S. Gomes | Elizabeth Meireles de Oliveira | Juliana Marcilio Schoeffel |
| Beatriz Leonilde P. Rossi | Elizandra Engel Baptista Graciano | Juliana Sousa Candido |
| Camila Kozak | Elizete Carmem Barichello Manenti | Karin Adam Esser |
| Carlos Alberto Schoner | Elly Carolina Bergamo | Katia Regina de S. Kindermann Bez |
| Carmem Maria T. Bressan | Elmo Anzilero | Keller Castilho Passos Angeli |
| Catia Veloso Farias | Esoleide Trevizzan Jasper | Keny Regina Brey Schafaschek |
| Celia Regina da S. Fonseca Feltrin | Fabiana Alves Gouveia | Ladir Ribero da Silva Junior |
| Cibele Wanessa Tureck | Fabieli Aparecida Camuzzato | Laucir Paulo Maziero |
| Cintia Bublitz Gadotti | Fatima Aparecida S. Arruda Melim | Leonardo Ribeiro |
| Cirlene Volani | Fernanda Aparecida C. Ramos | Liberto Burdzinski |
| Clauci Corradi Zanesco | Gabriela Maria Lunelli | Ligian Albertina Tenffen Schreiber |
| Claudia Buch | Geniane Machado de Oliveira Pinto | Lucia Cristina Rodrigues Ferreira |
| Claudia Felisbino Souza | Geovana Buttner Oliveira Gasparin | Luciane Aparecida Alves Schutt |
| Claudia Senhorinha Floriani | Gessi Antunes Coelho Da Silva | Luciane Cristina Gan |
| Cleide Clever | Gilmar Antonio Ritta | Luciane Elis Henning Chicora |
| Clodoaldo Granza | Gilvania Aparecida dos Santos | Magali Coelho de Souza |
| Daiana Doraci Scheel | Grazielle A. Hryckiw de Campos | Magda Elizabeth Nunes Rodrigues |
| Daniela Piano | Heronides Luciano | Maralu Clement Tureck |
| Darilena Salet Cassaniga | Iolanda Cristina Almeida Meurer | Marcela Borba Valente |
| Debora Machado Silva | Iracema Bayerl Batista Fragoso | Marcelo de Ataide Duarte |
| Debora Maria Viana | Ivania Maria Ortlieb | Marcelo Lauro Vidal de Souza |
| Deise Pinz Lopes | Ivone Ferreira de Souza | Marcia Angelina Rotta |

| | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Marcia de Fatima Peters Busarello | Neriton Luiz Barboza Lopes | Silvia Mariano da Costa |
| Marcia Luiza Velho Godinho | Neusa Ana Slomski Angioletti | Simone A. Bencke De Souza Macedo |
| Marcia Matias de Sousa | Nivaldo Naizer Junior | Simony Silva Pinto Diniz |
| Marcio de Souza Pinheiro | Noeli Zamboni Werle | Sinclair De Fatima Biazzoti |
| Marcos Filagrana | Oracelia Da Silva | Solange Aparecida Fernandes |
| Marcos Leandro | Paulo Odair Moreira | Solange Aparecida Hollen |
| Maria A. Lueckmann Nichelatti | Paulo Sergio Misturi | Sonia Maria Grein |
| Maria Bernardete Matos Borges | Pedro Fagherazzi | Sonia Maria Zanon |
| Maria Goretti de Souza | Pedro Vanderlei Turmina De Oliveira | Sonia Regina Pazda Dambroski |
| Maria Madalena Lucas | Rafaela Cristiani Machado | Sylvia Regina Granzotto Flamia |
| Mariana Burin | Rafaelli Tischler | Tamara Conte |
| Mariele Salmoria Siqueira | Raquel Aparecida Alexandre | Tania Mara Bedritchuk |
| Marielly Carneiro | Reno Vicente Lima Ataide | Tania Mara Linder |
| Marileia Hawerroth Schmitt | Rita De Cassia Nunes Ataide | Tania Maria Mandial Rosa |
| Marilha Hemkemaier | Rodrigo Ogliari Coelho | Terezinha Gokalves |
| Marinda Neumann | Rosane Aparecida Gokalves | Thayse Cechinel Rodrigues |
| Marines Martendal de Sa | Rosane Kipp Silva | Thiago de Oliveira da Silva |
| Marinho Meurer | Rosane Maria Siqueira Prass | Tiago Pellissari |
| Marino de Souza Pinto | Rosani Bonfante | Valdete Terezinha dos Santos Reddin |
| Mario Cezar de Souza | Rose Hurst Temchena | Valdir Mecabo |
| Mario Gervasio Faquin | Roseclei Aparecida Da Costa Petry | Valenio Antonio Parisotto |
| Mario Kupicki | Rosemari Correa Sozo | Valeria Piacentini di Domenico |
| Marisa Hawerroth Heinzen | Rosemari Wangradt | Vanderlei Luiz Schneider |
| Maristela Pereira Thibes | Rosemery Recalcatti | Vanderleia Scolaro |
| Marizette Luzia Andres Zancanelli | Ruthi Vartha Huf | Vanessa Costa da Rosa |
| Marlei Terezinha do Amaral | Salette Palhano De Andrade | Vanessa Voigt de Andrade |
| Marli Telles de Barba | Samara Nunes | Vania Aparecida Cella |
| Mateus de Andrade | Samara Cristina De Ol. Macha- | Vania Aparecida da Silva |
| Mauricio Avelar Takahashi | do De Liz | Vania Lucia Boaventura Da Silva |
| Micheli Christ | Sandra Aparecida Pintro Dambros | Vania Maria Kuster |
| Miguel Iachitzki | Sandra Christ Schutz | Velania Aparecida Lazzari |
| Monica Andres | Sandra Helena Rodrigues | Vera Lucia Breyer |
| Nadia Fatima Stolf | Saulo Ivonei Camana | Vera Lucia Schafer |
| Nadir Sperka Myskiv | Sergio Antonio Pigatto | Vilmar Stolz |
| Nair Arruda de Souza Palhano | Sheila Nunes | Viviane Aparecida Dal Pizzol |
| Naira Tatsch Forgerine | Silmara Zotto | Viviane Gelowate Fernandez |
| Naissara Daniela Fonceca Trombetta | Silvana Vieira Delfes | Volni Jose Goetten |
| Neidi Poma | Silvia Aparecida Sestren | Yomara Solange Moritz |
| Neiva Carneiro Borba | Silvia Barzotto de Oliveira | Zamir Roberto Rodrigues Monteiro |
| Nelci Aparecida Alves De Oliveira | Silvia Ines Cieslinski Buba | Zeli Aparecida Vieira Santos |

Polo II

Gerências Regionais de Educação: Chapecó, Seara, Concórdia, Xanxerê, São Lourenço do Oeste, Quilombo, Maravilha, Palmitos, São Miguel d'Oeste, Dionísio Cerqueira, Itapiranga.

| | | |
|----------------------------------|--------------------------------------|--|
| Adelaine Bervian | Deise Pagno | Ivanilde Camatti Marangoni Gered Cha |
| Adelcio Pens De Oliveira | Denize Maria Comunello Ranzan | Ivanilde Carniel |
| Ademar Roque Ely | Deocleia Spanhol | Ivone Spiller Copatti |
| Adenilson Vicente Negri | Diana Cozer | Jacira Salini Vivian |
| Adriana Bastiani Zani | Diane Lazarotto Bevilacqua | Jacqueline Ines Black |
| Adriana Teloken | Dianete Matiolo Frigo | Janaina Pricilla Hallvass |
| Adrineia Comunello Cervelin . | Dilse Brancher Garlet | Jandira Maria Mantovani |
| Aidimara San Vito Nicola | Dione Bonatto Bizzon | Jane Lopes Campos |
| Alcione Cristina Simoni Trevisan | Dirce Suely Wilke Dedonatti | Janice Domingos |
| Alessandro Mello | Dirciane Lucia Secco Comparin | Janice Neis |
| Aline Majolo | Djessyca Alyne Schaefer | Janinha Trenhago |
| Aline Sachs | Douglas Wolfart | Jaqueline Machado Strieder |
| Ana Carla Soares Bueno | Edi Maria Acorsi Bastezini | Joao Pedro Dalbosco |
| Angelita Schmitt | Ediane Aparecida Vide | Jobert Peruzzo |
| Arceli Thiel Folmer | Edinaura De Sordi Gere | Jose Paulo Kemper |
| Aureane Capoani Gianezini | Edineia Bringhenti | Jose Paulo Veloso Dos Santos |
| Barbara Rodrigues | Edite Schragle Gisch | Joseli Terezinha Dalla Valle |
| Carine Cerutti | Eleanora Maria Chiarelto Chiocheta | Josiane Alves Da Roza |
| Aroline Machiavelli | Eliane Aparecida Martins De Oliveira | Josiane Deininger Schuller |
| Celso Antonio Soccol | Eliane Fatima Azeredo | Jucelia Ines Dalpias |
| Clair De Fatima Guarda Polhmann | Eliane Fatima Cantele | Juraci Lussani Dal Pont |
| Clarines Aparecida Giehl | Eliane Maria Sunti | Jussara Maria Della Flora |
| Claudia Elizabeth Dos Santos | Elis1ane Fatima Pires Da Silva | Karine Dona Specht |
| Claudia Schuh Both | Ely De Jesus Konflanz | Katia Arenhart Hoss |
| Claudinara Trentin Kolleht | Erna Maria Specht Klunk | Leandro Da Silva |
| Cleni Maria Caramori | Eunice Gheno | Leane Gossenheimer Pradella |
| Cleoni Conceição Borges | Eva Sabini Gere | Leania Anast. Frohlich Willinghoefer |
| Cleonice Inez Volkweis Lermen | Fabiana Paula Foletto | Leila Sulzbacher |
| Cleusa De Fatima Barea Alieve | Fabiana Regina Roth | Lenize Cecilia Gava Borghetti |
| Cleusa Maria Trevisol Cadore | Fabiane Ines Schneider Heller | Leonir Antonio Magri |
| Cleusa Picoli | Franciele Colombelli Pacazza | Leonir Cleiton Nied |
| Clodoaldo Fornari | Francieli Santin | Lia Mara Lohmann Bottcher |
| Cristiane Lamb Hubner | Gabriele Norma Zilli | Lilian Crestani |
| Cristiane Mallmann | Geni Ana Marqueti | Lilian Sandra Riedi Cima |
| Cristiane Noeli Pinheiro Lemes | Gessi Do Carmo Rosa De Oliveira | Liriani Maira Becker Rigo |
| Cristina Teixeira Maito | Gisele Brandelero | Lirio Costa Dos Santos |
| Daniana De Costa | Gladir Ester Zancanaro Pagani | Loiraci Gonçalves Caratti |
| Danice Jana Soccol | Greyce Mara Bodanese | Lourdes Melania Battisti Zampieron |
| Daniel Zanata | Helen Kunst Flach | Lourdes Rodrigues Salvatori |
| Daniela Fante Fernandes | Ieda Maria Piccini Pretto | Luciana Aparecida Costa Bordignon |
| Daniele Franco Martins Machado | Ilair Salete Siebeneichler Presotto | Luciane Bittarello |
| Deardina Ines Chitto | Ilena Comin Defaveri | Luciane Taffarel |
| Debora Dal Bello | Indiamara Lupatini | Lucineia Bringhenti Da Silva Carbonari |
| Debora Ribeiro Pinto Kussler | Inez De Fatima Spier | Luiz Cerizolli |
| Deise Grandi | Iolita Do Carmo Debastiani Wuaden | Luiz Paulo Monteiro |
| Deise Mara Favero Vivian | Irene Teresinha Bourscheid | Lurdes Maria Rebelato Pelizza |

| | | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|
| Luzia Cleonir Colla Zuanazzi | Mauricio Betini Da Luz | Rozinei Lucia Festa Vaz |
| Maicoln Viott Benetti | Milton Luiz De Lara Santos | Sandra Regina De Oliveira |
| Maira Monica Gabriel | Mirna Nezia Romani | Selita Menegazzo Bergamaschi |
| Maira Salete Braun | Nadia Maria Fae Rizzotto | Silas Ricardo Pereira Da Silva |
| Maite Cristina Sordi | Naildes Zanetti | Silvana Gon9alves De Souza |
| Marcel' Belo | Nelda Heidi Rodrigues | Silvana Zotti |
| Marcia Cristina Kuczmariski | Nelio Terhorst | Silvania De Queiroz Pfluck |
| Marcia Tormen | Nelsi Teresinha Trentin Dalla Costa | Simone De Aguiar Rodrigues |
| Marcio Jose Werle | Nestor Joao Schneider | Simone De Fatima Da Costa |
| Maria Aparecida Oliveira Luz | Neusa De Souza Campos | Sirlei Zanetti Marmentini |
| Maria Cristina Caron | Neusa Fatima Dallacorte | Son Ia Hackenhaar Knorst |
| Maria Helena Miranda | Nilce Sonia Vittorazzi | Taiza De Oliveira |
| Maria Lucia Bizolo Ogliari | Nilciane De Fatima Da Silva Zangalli | Tania Padova |
| Maria Neuraci Rocha Bernieri | Nilva Neri Barrionuevo Brustolin | Tatiana Andrea Rigo |
| Marilda Aparecida Canani Mattei | Noili Maria Niedermaier Potrich | Tatiane Lazzarotti |
| Marilei Scheunemann | Patrice Vogel De Oliveira Cominetti | Terezinha Apa. Martins De Quadros |
| Marlene Borotto Unser Marilice Bocchi | Pedro Gelso Schneider | Terezinha Maria Ravarena |
| Marilucia Fischer Berno | Rejana Ines Schwengber Graff | Valdecir De Paula |
| Marilurdes Cortina Zanetti | Romilda Jacoby Schwertz | Valdir Antonio Gessinger |
| Marines Andres Schons | Roque Kolling | Vanda Marisa Dos Santos |
| Marinez Eidelwein | Rosane Pagnussat | Vanderlei José Puhl |
| Marino Daga | Rosangela Mari Lazzarotto Cadore | Vanderli Liane Back Manske |
| Marisa Ceci Nunes Carvalho | Rosani Stasiak | Velcy Beatriz Balensiefer Arconti |
| Marivete Irene Comin | Rose Mari Andrin Dalla Rosa | Vera Dolores Ledur Kempfer |
| Marlene De Almeida Outeiro Carraro | Roseli Arlei Werlang | Vera Lucia Fornari Rocha Gallo |
| Marli Becker Noro | Rosemari Zampieron | Wagner Paulo Ferrari |
| Marli Salete Uliana Gattermann | Rosemere Roell | Wilson Roberto Pedrozo Souque |
| Marlivete Terezinha Lucas | Rosemeri Teresinha Rosa Dias | Zilmar Perondi |
| Mary Lucia Orso | Rosilene Demarco Sbeghen | Zuleica Sorgetz Pastore |

POLO III

Gerências Regionais de Educação: Grande Florianópolis, Araranguá,
Tubarão, Laguna, Criciúma, Instituto Estadual de Educação

| | | |
|--------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Adão Regis Pereira | Cleia Fatima Slongo Barbosa | Francieli Guidarini Ferro |
| Ademir Pinto Ribeiro | Clelia Regina Barcelos | Francisca Pereira |
| Adriana Souza Nunes | Cleunice Gelesky Mesquita | Francisco Moretti |
| Adriana Valim Lopes | Cristina Aparecida Pagan! Possenti | Geraldo Dos Passos |
| Aislana Dos Santos Da Rosa | Cristini Schwepe Pereira | Gerson Luiz Caldeira |
| Alba Lucia Paes | Dalva Lourenção Fraccaroli | Gilberto Dos Santos Gaetano |
| Alessandra Nunes | Daniel Pizzetti | Giula Cechinel De Oliveira |
| Alessandra Pereira Lavezzo | Daniela Dias Pinto | Grasiele Raupp Das Neves |
| Alexandra Da Rosa Souza | Darlan Bitencourt Carpes | Greisi Terezinha Coan Bez Batti |
| Alexandra Nocetti | Deivis Luis Andre | Hadriana Nunes Da Silva |
| Alexandre Rodrigo Vieira | Deliane De Sousa Pereira | Helio Jose Mendonça |
| Alice Mezzari Serafim | Denise De Andrade Martins Alves | Heloisa Tania Da Re Carvalho |
| Aline Freccia | Denise Regina Fritzen Scheid | Iara Beatriz Joao Alves |
| Alisson Klaus Antunes | Diego Fagundes | Isadora Goncalves De Azevedo |
| Ana Beatriz De Souza Cordeiro Paiano | Dilcineia Nazario Fernandes | Ivania Fernandes Pascoal Camilo |
| Ana Cristina Garcia Cardoso | Dirceu Cirilo De Souza | Jacira Medeiros |
| Ana Maria Da Silva | Diulle Nunes Machado | Jacqueline Maria Correa Tortato |
| Ana Paula Alves Piacentini | Douglas Bardini Silveira | Jadna Maria Luiza Americo |
| Ana Paula Rampinelli Dos Santos | Douglas Fidencio | James Rafael Ribeiro Valle |
| Ana Paula Silva | Dulce Elena Pinheiro Pereira Vieira | Jamile Alves Retti |
| Anabelle Barroso De Pa1va | Ediraldo Jose Maccarini | Janete Alda De Miranda |
| Analucia Nolla | Edneia Martins Olivo | Janete Sorato Martins Beninca |
| Andrea De Jesus Silva | Edson Brito De Macedo | Jaqueline Dos Santos Evaldt |
| Andrea Rosa Truppel Schwinden | Elaine Machado Silveira | Jaqueline Santos Duarte |
| Andreia Cesa Alessi | Eliana Muller Nascimento | Joao Batista De Souza |
| Andreia Maria Rosa | Eliane Santos Velloso | Joad Batista Junckes |
| Andresa Baggio Blasius | Eliani Terezinha Piazza Borges | Joares Biff |
| Andresa Matias De Souza | Elisabete Luiz | Jose Carlos Rabelo Dos Santos |
| Andressa Lodetti Belloli | Elisete Bento Da Silva | Jose Da Silva Thiesen |
| Angelica Aguiar | Elizabete Mendes | Jose Luiz Alves |
| Anieri Nunes Guimaraes | Elka Calafi Pouey De Souza | Jose Luiz Vicente |
| Anivald1dassoler De Freitas | Elza Maria Aparecida Dos Santos | Juliana Filippini Dal Conte |
| Ary Osvaldo Da Silveira Filho | Elzimar Monteiro Do N. Breves | Juliana Isabella Da Silva Espindola |
| Barbara Colossi Felipe | Emilene Balbino Barbosa | Juliana Manoel Rosso |
| Benta Maria Mattia Andrades | Enilda Maria Sebastiana Dos Santos | Juliane Cemolin Rampinelli |
| Bruna Da Cunha Gomes Rodrigues | Ester Milanez Marcell | Julio Cesar Da Silva |
| Bruna Souza Da Silva | Eunice Rank Lavezzo | Jussara Belot° Decker |
| Candida Maria Savaris Frello | Eva Medeiros Monticelli | Jussara Suterio Fogaça |
| Carina Rossa Santana | Fabiana Maiato Pessoa Da Silva | Karina Coelho |
| Carlos Eduardo Krebs Anzolin | Fabiani Knackfuss Dorneles | Karine Cunha Delfino |
| Cesarina Rodrigues Patricio Benedet | Fabricia Correa Elias | Karla Bertollo |
| Cilneida Cardoso Fioravante | Fernanda Katharine De S. Lins Borba | Karol Philippi Cardoso |
| Claudia B1ava Da Silva | Fernanda Klettenberg Hack Arruda | Kary Aparecida Ferreira Rocha |
| Claudia Garcia De Souza We Yczko | Fernanda Meller Milioli | Katia Regina Luz |
| Claudina Albino Mendes | Fernanda Sasso Nazario | Ketni Matias Andrade |
| Claudio Adao Da Rosa | Flavia Aparecida Francisco | Klayton Robert Cachoeira |

| | | |
|--|--|-------------------------------------|
| Lauro Roberto Lostada | Maristela Alexandre De Abreu Venancio | Ruana Tomaz De Souza |
| Leandro Siviero Martins | Marlene Francisca Serafim | Sabrina Salvalaio |
| Lenir Mateus Cesconetto | Marlene Valeria Gomes De Souza | Santa Idelcy Mantelli |
| Lenir Silva Bez Batt! | Marli Aparecida Salum Benjamin Melillo | Schirley Dos Santos Rodrigues |
| Lido Lopes Junior | Marta Ione Silva Santos | Sebastiao Mendes Cardoso |
| Lilian Daianne Bezerra Mota | Mary Angela Sant'ana | Sergio Luiz Da Silva Cabral |
| Lisi Simao Dos Santos | Mauri Daniel Marutt | Silvana De Oliveira De Sousa |
| Luana Simao Laurindo | Michele Joao Fermiano | Silvana Dos Santos Silveira |
| Lucia Helena Farias Cassao | Michelli Ciani Martins | Silvana Marli Eleuterio Da Silveira |
| Luciana Daminelli Eugenio | Mirna Collodel | Silvan' De Souza |
| Luciana Maria Gonzaga | Monica Rech Soares | Silvia Helena Mangilli |
| Luciana Zenir Rosen° Cachoeira | Naira De Carvalho Gonzalez | Silvia Moreto Alvim |
| Lucinla Fernandes Vieira | Neilizete Pereira Sorato | Simone Citadin Benedet |
| Magnus Formanski Pavei | Nereida Rocha De Souza Naspoline | Simone Da Rosa |
| Marcia Maria Beirao De Miranda | Nerilda Vandir Felisberto | Simoni Emerim De Souza |
| Marcia Mendes | Neusa De Medeiros Almeida Sartor | Solange M. Antunes Dos Santos |
| Marcia Regina Fernandes | Odair Pazzeto Nandi | Padilha |
| Marcia Turati Dos Santos | Patricia Maria Macedo Alves | Sonia Regina Alves Medeiros |
| Marciana Idalino Vieira | Patricia Ribas Siqueira De Lima | Soraia Cividini |
| Marco Aurelio Dias | Paula Ester Martinello Topanote | Soraya Antoni |
| Marcos Antonio Dos Santos | Paulo Henrique De Moraes | Stela Maris De Agostin Talamini |
| Marcos Rogerio Dos Santos | Paulo Roberto De Freitas | Susan' Reginara De Sousa |
| Maria Aparecida Bitencourt | Rangel Garcia Machado | Susete Aparecida Viana Novasco |
| Maria Aparecida Pessoa | Raoni Borges | Susi Mari Pratts |
| Maria Aparecida Rita Moreira | Regina Maria Soares Marco | Suzana Castanheiro Uliano |
| Maria Bernadete Gonçalves Mariano | Regis Cardoso Da Silva | Suzana Soares |
| Maria Christina Torres Da Silveira | Rejane Barroso De Sousa | Suzete Da Rosa Gokalves |
| Maria De Lourdes Machado Stulp | Renata Maria De Queiroz Mibielli | Taciana Masiero Daltoe |
| Maria Do Carmo Silveira Nunes | Ricardo De Oliveira | Tangrean De Fatima Vieira |
| Maria Do Carmo Vieira Da Paz | Ricardo Lorenzo Schmidt | Tania Regina Dalmolin |
| Maria Edilene De Lima Rodrigues | Rita De Cassia Bergental Scaim | Tatiana Borges Anselmo Garcia |
| Maria Elena Lueneberg | Rita De Cassia Da Rosa Da Silva | Terezinha Hammes Perardt |
| Maria Elisete Furlanetto | Rita De Cassia Marcon Quarezemin | Terezinha Tezza Rezin |
| Maria Estela Machado Vieira Gomes | Rita De Cassia Perraro Alessio | Thais De Paiva Correa Picanc0 |
| Maria Eunice Destro | Roberta Thomas! | Thayse Salvador Ramos |
| Maria Goreti Ouriques Ogioni | Rodrigo Jose Matos | Valeria Martuscelli Dos Santos |
| Maria Helena Selvino Costa Do Nascimento | Rodrigo Willamil Dos Santos | Valeria Rosalina Pereira |
| Maria Ines Lunkes Ruckhaber | Rojani Tachini De Melo | Valmor Alflen |
| Maria Ligia Lucio | Rosane Pedro Viana Da Silva | Valnice Voges Jochen |
| Maria Luiza De Souza Alberton | Rosane Terezinha Silveira De Oliveira | Vera Cristina Sant'ana De Sa |
| Maria Margarete Antero | Rosangela Antunes Ramos | Vera Marlene Vicente |
| Maria Salete Fraga | Rosangela Juliani Do Amaral | Veronica Dos Santos Silva |
| Marilda De Fatima Chelram Rabello | Rosangela Kirst Da Silveira | Victor Damiani Romagna |
| Marilia Janette Da Silva Rocha | Rosangela Monteiro Simiano | Virginia Freitas Garcia |
| Marilocia Cardoso | Rosimere Boppre Do Carmo | Vivian Munari Dewes |
| | Rosita Vieira | |

POLO IV**Gerências Regionais de Educação: Grande Florianópolis, Araranguá,
Tubarão, Laguna, Criciúma, Instituto Estadual de Educação**

| | | |
|---|--------------------------------------|---------------------------------------|
| Abel Savio Moser Adriano José Da Silva Gomes | Darlene Couto | Grazieli Souza |
| Alesia De Fatima Laurindo Lopes | Debora Regina Fagundes Nedel | Hailton Fernandes Mello |
| Alessandra Cristina Bernardino | Andreata | Ieda Cristina De Mello |
| Alexandra Regina Simon | Deise Da Silva Rivelles | Racema Ramos Gonzaga Pellin |
| Alexandre Dias Hansen | Deise Eller Gomes | Isabel Cat1a Adami Grava |
| Aline Francieli Papini Fuentes | Diocenera Quilante Branco | Isaías Rodrigues Gered Itj |
| Almira De Almeida Spinner Amanda Dos Santos Freitas | Dionesia Mayer Melo | Ivanete Franzon Marsango |
| Ana Borges Quoss De Morass Netzel | Edelson Feller | Ivanete Melchiorretto Mendes |
| Ana Caroline Cristofolini | Eder Joeni Fronza | Izabel Do Carmen Bertoldi |
| Ana Paula Pereira | Edio Costa | Izair Knaul |
| Ana Paula Sagas De Souza | Edio Rodolfo Pauli | Jacqueline Dos Santos Kafka |
| Ana Paula Stephane | Edivan Rodrigo Kohler | Jakson Klint Meller |
| Ana Paula Vogel Cardoso | Edla Gramkow Coutinho | Janaina Correa Ristow |
| Ana Vitoria Wessling Margotti | Edoarda Gerent Voges | Jane Cesario Da Silva |
| Andrea Stefania Piazza | Edvando Santos Cordeiro | Jaqueline Marquardt |
| Ane Eveline Gomes | Elaine Cristina De Souza | Jean Beppler |
| Angela Santos Da Fonseca | Elaine Klegin | Jeferson Peixe Lima |
| Arley Regiane Scoz Moser | Elaine Patricia Silva | Joana Vangelista Mongelo |
| Avanilton Antonio Rocha | Eliane Borba Venturi | Joelma Luckmann Pickler |
| Carlos Roberto Feliciano | Eliane Szabelski Dos Santos | Jonathan Thomas De Jesus Neto |
| Carmem Martins De Cordova | Elias Cabral | Josiane Borderes |
| Caroline Beatriz Boppre De Barba | Elis Regina Kosloski | Jucelia Barcelos Martins |
| Cassia Regina March | Elisabete Moraes Hess | Juliano Kazapi |
| Catarina Michels Woss | Elizena Quilante | Karin Henning Socrepa |
| Cathiusa De Col Ramos Furlan | Elizete Maria Kominkiewicz Lanzzarin | Katherine Minela Pellin Volani |
| Catia Maliseski | Eloi Voltolini | Katia Grigoletti Silveira Nedochoetko |
| Ceci Antonia Bergmann Hoffmann | Elozia De Brito | Kelly Laureth Da Silva |
| Celso Toshimi Nakashima | Emanuelle Maas | Kelly Zeferino Bordignon |
| Chaiene Bernd Orben | Emilia Grasiela Nicolodi | Lais Camila Klaumann |
| Chirle Aparecida Sebo D Poyer | Erica Fernanda Montero | Leonir Arnold Correa |
| Cimeri Maria Petzinger | Esther Erica Struck Kruger | Ligia Peixer |
| Cinara Camilo Teixeira | Eula De Avila Wanti | Lirio Baruffi |
| Claudete Bortoli | Evelyn Koetter | Lisiane Alves Elias Pereira |
| Claudia Augustin | Fabiana Fachini | Luana Olczyk |
| Claudia Myrna De Lima Cabral | Fabricia Cristiane Guckert | Lucia Harumi Fukushima Nishigawa |
| Claudia Roberta Fruchella Marino | Fernanda Bortolini Loffredo | Luciana Assunção De Carv. Dos Santos |
| Cleia Denise Suski | Fernanda Holtin Weiss | Luciane Fortunato Davila |
| Cleoni Grimm Tomazi | Fernanda Meneghelli | Lucian' Luzia Faria Cipriani |
| Cristiane Fusi | Fernando Albuquerque Medeiros | Lucimara Avila Isidoro |
| Cristiano Cataldi | Franciele Coelho Bez | Luzia Andre De Freitas |
| Daniel Marcelo Luiz | Francisco Dranka | Magda Marçal Bagatini Medeiros |
| Daniela Bibow Velo | Gabriel Souza | Marcela Gokalves Tomelin |
| Daniela De Azambuja | Gerson Henrique Dos Santos | Marcia Costa |
| Daniela Klitzke Busarello | Gilberto Gadotti Junior | Marcia Da Silva |
| Danielle Cristine Dos Santos | Gilson Reinhold | Marcia Do Nascimento De Souza |
| | Giovana Aparecida Marcelino | Marciana Agueru Santana |
| | Gislane Salom Candido | |

| | | |
|---|--------------------------------------|--|
| Maria Aparecida Deschamps Fernandes | Noemia Isabel Schmitz | Sidnei Goulart Dos Santos |
| Maria Aparecida Furtado Borges | Norberto Lindner | Silvana Da Costa Lobo Dias |
| Maria Delurdes Dos Santos Oliveira | Oscar Darossi | Silvana Mara Berejuk Bueno |
| Maria Elizabete Dos Santos Fernandes | Paula Boaretto Pereira | Silvana Schlup Fritzsche |
| Maria Etelvina Zen Sant'ana | Paulo Roberto Floriano | Simone Rahn |
| Maria Ines Lobe | Paulo Roberto Santos Machado | Solange Vivas Fernandez |
| Mariana Rohling Ern | Quiteri Da Rosa Gered Brn | Sonia Arndt Koch |
| Marilda Bonetti Pazetto | Ramone Abreu Amado Da Silva | Sueli Wernke Rengel |
| Marilucia Da Silva Uliano | Raquel Carla Florentino Koehler | Tairine Tuany Rebelo |
| Marina Giacomini Kuse | Regiane Correa | Tania Maria Leopoldo Da Silva Oliveira |
| Mario Jose Pereira | Regiane De Jesus Vieira | Tatiana Dos Santos Ricci |
| Marisa Aparecida Passaes Ferreira De Melci | Regina Dias | Tatiana Vargas Francisco |
| Marli Bonezzi | Reginaldo Silveira | Tatiane Buhemann Pries |
| Marlise Maria Oliveira Pereira Dos Santos | Renaldo Friedemann | Tatiane Rempel |
| Maureci Bento Do Nascimento | Renata Feltrin Farias | Teresa Clara Riffel |
| Milton Ricardo De Souza | Renata Henrique Raulino | Teresa Menas Fidelis |
| Milton Roque Pavesi | Renato Joao Rebelo | Terezinha Guimaraes |
| Monica Cristina Caetano | Ricardo Vogel | Terezinha Salete Da Silva Willemann |
| Monica Maria Luiz Bertoldi | Rita De Cassia Martins Bona | Valdemir Chagas Santos Junior |
| Natalino Doose | Ronita Nardelli Schneider | Valeria Ferreira Salm |
| Nayana Thyara Destro | Rosangela Teresinha Eugenio Ziebarth | Valkiria Fillekes |
| Neide Maria Felippi | Rosania Albino De Oliveira | Valtecir Marion |
| Neide Virgilio Campos De Menezes | Rose Carmem Patricio Alano Luçolli | Vanessa Bilk |
| Neusa Maria De Alves Carvalho | Roseli De Fatima Grondek | Vania Verginia Tillmann |
| Neuzete Antunes Ramos | Rosimeri De Oliveira Tabacki | Velcidina Rodrigues Chagas Fischer |
| Nieli Aparecida Maia | Samuel Da Silva | Vera Lucia Dias |
| Nilma Becker De Andrade | Sandra Cristina Henriques Benedetti | Vilson Reblin |
| Nilo Imhof Junior | Sandra Maria Rech | Vilson Vanderlei Floriano |
| | Sandra Schmidt Odorizzi | Wilson Ribeiro Amorim |
| | Sandramara Goulart Dos Reis | Zuleica Zils Garcia |

9. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcia Angela da S. (org.) **Educação e diversidade: estudos e pesquisas**. Marcia Angela da Silva Aguiar, Ahyas Siss, Iolanda de Oliveira, Janete Maria L. de Azevedo, Márcia Soares de Alvarenga, Petronilha Beatriz G. e Silva, Rachel de Oliveira. (orgs.). Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009.

ARANTES, Adlene Silva; SILVA, Fabiana Cristina da. [et al.] **HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: repercussão da lei nº 10.639 nas escolas municipais da cidade de Petrolina – PE**. In: Educação e diversidade: estudos e pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis**. Versão preliminar de 2 de junho de 2014. Brasília, DF: MEC, 2014.

_____. **RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 4/2010**. *Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*.

_____. **RESOLUÇÃO CNE/CEB 7/2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34.

_____. **RESOLUÇÃO CNE/CEB 2/2010.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 20.

_____. Ministério da Educação. Universidade Federal de Goiás. **Educação para as relações étnico-raciais.** Orgs.: MORAES, C. C. P; LISBOA, A. S; OLIVEIRA, L. F. 2ª Ed. – Goiânia: FUNAPE: UFG/Ciar, 2012; lei nº 10639/03, CEB – CNE; lei 2º 11645/08, CEB – CNE;

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente:** ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo, Cortez, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DELIZOICOV, Demétrio; LORENZETTI, Leonir. **Estilos de pensamento em educação ambiental: uma análise a partir das dissertações e teses.** Artigo científico apresentado no VII Enpec. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiienpec/pdfs/363.pdf>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Janine Dorneles. **Os caminhos da educação ambiental nos espaços formais de ensino-aprendizagem: qual o papel da política nacional de educação ambiental?** Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental. [on-line]. Edição 1. Rio Grande do Sul: FURG, 2009, jan./jul. 2009. Disponível em: www.sier.furg.br. Acesso em: 20 abr. 2015.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** In: Cadernos de Pesquisa, v. 118, São Paulo, 2003.

JOCA, Alexandre Martins. **Extratos do cotidiano escolar sobre a convivialidade com a diversidade sexual em escolas públicas de Fortaleza.** In: COSTA, Adriano Henrique Caetano et al. (org.). Desatando nós: fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual. Fortaleza: Edições UFC, 2009, 190-211pp.

LAYRARGUES, Philippe P. **Identidades da educação ambiental brasileira.** In: Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Complexidade e dialética:** contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. In **Educação e sociedade.** Campinas, vol. 26, nº 93, p. 1.473, set./dez., 2005.

_____. **Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora.** In: Ambiente e educação, nº 8, p. 37-54, Rio Grande, 2003.

_____. **Educação ambiental crítica: contribuições e desafios.** In: Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental. MEC, MMA e UNESCO. Brasília – DF, 2007.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos**

índigenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MOREIRA, Marco Antonio. **Mapas Conceituais e Aprendizagem Significativa.** Texto adaptado e atualizado, em 1997, disponível em <http://www.if.ufrgs.br/~moreira/mapasport.pdf>.

PEREIRA, Jamille Barbosa Cavalcanti; HANASHIRO, Darcy Mitiko. **Ser ou não ser favorável às práticas de diversidade? Eis a questão.** Revista de administração contemporânea, Curitiba, v. 14, nº 4, jul./ago. 2010. Disponível em: [br/scielo.php?pid= S1415-6552010000400007&script=sci_arttext](http://br/scielo.php?pid=S1415-6552010000400007&script=sci_arttext)> Acesso em: 2 abr. 2015.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina**, 2014.

_____. Plano Estadual de Educação – 2014 - 2024. Disponível em <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/plano-estadual-de-educacaosc-versao> preliminar.

mas multidisciplinares. Florianópolis: IOESC, 1998b.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A construção intercultural da igualdade e da diferença.** In: SANTOS, B. S. A gramática do tempo. São Paulo: Cortez, 2006. p. 279-316.

TRISTÃO, Martha. **Tecendo fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido.** In: Educação e pesquisa, v. 31, nº 2, p. 251-264, São Paulo, 2005.

VALÉRIO, Juliana Batista Diniz. **Diversidades sexuais, de gênero e étnico-raciais: violências invisíveis.** (153-183) In: MUNDIN, Fernanda de Lazari Cardoso *et al.* (orgs.) Entre redes: caminhos para o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Polos de cidadania. Faculdade de Direito – UFMG, 2011.



DIOESC

Diretoria da Imprensa Oficial e
Editora de Santa Catarina

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Administração
Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina

Rua Duque de Caxias, 261 | Saco dos Limões
CEP 88045-250 | Florianópolis | SC
Fone: (48) 3665-6200

O.P. 7774 ADP. 98130

